

**Oliveira Salazar**



**COMO SE LEVANTA  
UM ESTADO**

*mobilis in mobile*

## COMO SE LEVANTA UM ESTADO

Por: António de Oliveira Salazar.

Prefácio do autor \*

\* O autor escreveu este prefácio para o seu livro «Une revolution dans la paix» — Paris 1937. As razões da inclusão de extractos deste prefácio na presente edição de (Como se levanta um Estado) são explicadas na advertência ao leitor. (N.E.)

Hesitei longamente antes de me resolver a publicar este livro, principalmente a publicá-lo em França: não terei, com efeito, a certeza de que entre os mestres que formaram o meu pensamento é aos Franceses que eu sou mais devedor e é a eles que devo a orientação da minha modesta cultura? Todos aqueles que nada tendo de novo a dizer, e que se encontram, em compensação, em estado de realizarem coisas úteis, meditam bastante antes de lançarem mais um livro na circulação já tão atravancada.

Se me decidi a tanto foi porque os textos deste livro não são pensamento puro, mas uma mistura de pensamento e de acção, estudos realizados e aplicados, isto é, tornados realidades concretas e tangíveis que pertencem à história do meu país, factos que dão a qualquer observador matéria para exame. Sou obrigado a confessar que conheço um pouco da história da nossa época, ao mesmo tempo tão agitada e tão fecunda; com efeito, ministro há pouco mais de nove anos, - encontrei-me, antes mesmo de ter assumido a Presidência do Conselho, envolvido pelas circunstâncias nos acontecimentos mais importantes para o País e penetrei ao mais íntimo da sua vida política que me tinha sido, até aí, totalmente estranha: posso, pois, depor sobre os factos com conhecimento de causa. Sobre as ideias, os princípios e os sistemas de governação procurarei também expor o meu pensamento com imparcialidade.

Entre tantas coisas que sacrifiquei, guardei ciosamente apenas uma: a independência do meu julgamento sobre os princípios que formulo, as medidas que tomo ou os acontecimentos que provoço. Abstraio-me da minha acção pessoal por mais desenvolvida que ela o tenha sido e, esquecendo que sou o autor e actor desta grave representação, preservo-me assim da torrente

das ideias e dos sentimentos desencadeados, cuja corrente me poderia arrastar e levar-me a perder toda a iniciativa e todo o controle. Frio executor do interesse nacional, sem clientela nem partido, procuro com calma desenredar as causas e os efeitos da acção política, e comparo sem paixão os resultados das doutrinas com os procedimentos da governação.

Esta minha confissão, desprovida de qualquer artifício encontra aqui razão para marcar a atitude “espiritual tomada pelo autor. Aquilo que eu quero fazer notar é que os homens do Estado – sendo os homens dos partidos sempre escravos da mediocridade do grupo – devem passar em revista, sem descanso, as suas próprias ideias, porque seria muito penoso – e trágico para o seu próprio país – vê-los rebaixarem-se na governação abaixo da sua verdadeira categoria mental. Conceitos que já não correspondem à realidade das coisas, frases feitas, transmitidas de geração em geração como um património familiar, eis o que constitui o substrato de uma acção política sem glória, nem utilidade e mesmo nociva, na verdade. Ainda na | hora actual, tudo o que se lê e se ouve em muitos países a respeito da liberdade, da democracia, do parlamento, dos direitos dos povos e da fraternidade universal, tudo isto está a tal ponto estandardizado que se poderiam por à venda, como se faz para as . cartas de amor, colecções de discursos prontos para serem pronunciados em todas as circunstâncias. Apesar disto, nem a segurança individual – sem qualquer dúvida a maior das liberdades – nem os interesses legítimos do povo, se encontram melhor protegidos e melhor defendidos nos países que se crêm democráticos, do que nos que são chamados de ditaduras: muitos socialistas acreditaram monopolizar certas reivindicações de que se glorificam e que, no fim de contas, dão motivo para riso, não só pela sua ingenuidade como pela lorpice dos seus tímidos ensaios. Crêm-se de vanguarda e não passam de retardatários.

É por isto que o caso português é uma experiência a juntar ao grande número de todas aquelas que estão a ser realizadas através da Europa, na esperança de resolver os problemas políticos e sociais do nosso tempo. Alguns, ainda hoje supõem, sem razão, que se tratou muito simplesmente de curar os males financeiros, endêmicos em Portugal; para dizer a verdade, não seria compreensível que uma reforma financeira fosse o fim supremo de uma revolução com a amplitude daquela que conduziu ao novo sistema português, ela serve para explicar porquê importava começar o levantamento nacional por esta reforma.

Compreende-se facilmente a surpresa do observador estrangeiro perante algumas das nossas leis e das nossas instituições que negam a legitimidade de certas prerrogativas nocivas, em lugar de se contentar, como é hábito, em formular sanções sempre fáceis de iludir, tanto contra os abusos como contra as faltas, É que não nos esquecemos que a eficácia das medidas preventivas ou repressivas e a utilidade do seu uso para governar dependem da formação social dos povos, da sua cultura e da sua maneira de ser. Medidas que seriam inúteis em

países de formação individualista, como a Inglaterra, tornaram-se indispensáveis quando se trata de povos «comunitários» em desagregação, como o nosso. Se queremos fazer obra útil devemos crer na acção educativa das instituições políticas sobre o homem e esperar que elas o possam emendar, recusando-lhe a satisfação de certos vícios que ele traz consigo.

Após tudo o que se acaba de expor, é difícil dar ao regime português o nome de democracia autoritária, como o chefe de governo italiano o deu ao regime fascista (de resto, se a própria palavra democracia não perdeu crédito, o sentido alterou-se de tal modo que nos recusamos a empregá-la). A característica fundamental do nosso regime vir-lhe-á da sua organização corporativa integrada num Estado possuidor de uma autoridade que, em vez de provir da força, onde cer: tamente se apoiará, se apoiará sobretudo na razão, na

bondade, no interesse público, na consciência geral das virtudes do sistema. A moderação nos procedimentos do governo não paralisará nem as decisões, nem os esforços necessários para atingir os nossos diversos objectivos; não nos sacrificamos aos «princípios sagrados», salvo se os reconhecermos com cunho de verdade e de utilidade pública; os nossos únicos limites são os princípios superiores que regem a vida, a justiça e a caridade devida a todos os homens, assim - como o bem da Nação.

Quando a organização corporativa se alargar a todos os domínios — económico, intelectual e moral — o Estado será então, pela via dos seus diferentes órgãos — dum modo muito mais completo e perfeito que hoje — à emanção e o reflexo; e tudo isto sem o que o seu carácter de Estado forte, limitado pela moral e pelo direito, seja modificado no que quer que seja.

Um julgamento exacto necessitaria, sem dúvida, de uma estadia prolongada em cada país, e a observação do funcionamento local das instituições, o conhecimento dos homens encarregados de as pôr em movimento ou cuja ideologia presidiu então à sua elaboração. Em política acontece que as mesmas palavras traduzam realidades diferentes e que coisas semelhantes possuam nomes contrários. Imagino, contudo, que se pode esboçar esta comparação, nas suas às grandes linhas, deste modo:

Parece que o parlamentarismo inglês habita nas antípodas dos sistemas prê-citados; porém, é devido a três condições que ele se pôde manter até aos nossos dias: a instituição real, a formação social do povo inglês e a existência de dois grandes partidos possuindo, cada "um, força e tradição. Quando uma destas condições vier a faltar — e as circunstâncias que

permitiram a última já não serão as mesmas — as instituições inglesas deverão evoluir, lentamente, como sempre aconteceu na vida política inglesa, mas evoluirão fatalmente.

Não se duvida que tenha sido possível conceder ao povo inglês liberdades — porque ele tem plena consciência da sua responsabilidade e do interesse colectivo —, que em outras nações se é obrigado a reduzir, ou a condicionar mais estreitamente. Também é certo que o tradicional bom senso do povo, a sua calma, a sua confiança em si próprio e nos seus dirigentes, foram a causa do papel importante jogado pela opinião pública na direcção dos negócios do Estado. Levando em conta a lentidão das reacções desta opinião, um observador estrangeiro está contudo autorizado a interrogar-se se uma subordinação exagerada à opinião pública — por mais importante que seja este elemento no regime inglês, e supondo-o mesmo impecavelmente constituído — não retirará aos governos uma grande parte da sua iniciativa na acção, tão necessários algumas vezes para os interesses vitais de um grande país, sobretudo quando este tem um papel preponderante na direcção da política do mundo.

Os grandes esforços de que o país é capaz manifestam-se geralmente com um atraso, que se constata no domínio da administração pública, da política e da economia. Teria interesse investigar, se apesar das suas gloriosas tradições, o regime parlamentar não teria tido algumas responsabilidades nisto. Sabemos que o Parlamento não governa em Inglaterra; mas não impede ele, por vezes, o governo de governar?

possível que os julgamentos anteriores pequem por algumas inexactidões. Mas se os regimes políticos - que acabamos de passar em revista correspondem ao quadro que esbocei, o Estado Novo Português distingue-se nitidamente de todos os outros Estados, ainda que uma certa semelhança o aproxime dos regimes - autoritário, com os quais muitos o confundem.

A estrutura filosófica do sistema não permite, no entanto, nenhuma confusão: o conceito da limitação do Estado pela moral e pelo direito, na ordem intetior, e pelos tratados e convenções, livremente aceites, na ordem internacional; a moderação dos comportamentos políticos; um nacionalismo são e sem agressividade; uma larga base moral em todas as manifestações da vida pública ou privada, o respeito com a pessoa humana e com a realização dos seus fins superiores; a exaltação da vocação civilizadora da Nação que, por isso mesmo, se dedica a uma colaboração largamente humana; o espírito e a tendência educativa das instituições públicas — eis alguns dos traços que permitam, mesmo antes da Constituição de 1933, distinguir das ditaduras militares, ou de partidos, a ditadura à qual eu darei, se isto me é permitido, o nome de ditadura da razão ou da inteligência. Bainville no seu livro «Os ditadores»

chamou-a ditadura de professores, depois de ter afirmado que a ditadura portuguesa era a mais honesta, a mais sábia, a mais comedida da Europa, sendo ao mesmo tempo uma das mais firmes “e perseverantes nas suas aplicações.»

No domínio das instituições políticas, a organização corporativa é fundamental. Ao lado da Assembleia nacional que partilha com o Governo a função legislativa, o Governo é livremente e exclusivamente escolhido pelo Chefe de Estado — sem qualquer indicação ou voto parlamentar — é de direito e de facto o órgão que põe em movimento toda a máquina política, aquele que dispõe da maior iniciativa, o mais inteiramente responsável pela coisa pública, a mais sólida garantia da autoridade: não há Estado forte quando o Governo não o é. A estabilidade da mais alta magistratura do Estado é assegurada pela duração do mandato do Presidente e pela independência absoluta de que goza perante todos os outros órgãos da soberania. As corporações e os representantes dos interesses organizados de todo o tipo, que existem no seio da Nação, têm uma influência directa sobre a “constituição das autarquias locais “e formam a Câmara Corporativa. À medida que progredir esta organização, o Estado deverá reflectir, ainda “mais fielmente que hoje, a Nação ela mesma, como um todo orgânico e à intervenção dos indivíduos na formação dos órgãos de soberania dependerá cada vez mais daquilo que eles próprios serão na vida nacional — como chefes de família, como produtores, como partidários deste ou daquele credo, como interessados nesta ou naquela obra de educação, de assistência, de recreio ou de desporto: é a política da vida real. A família regularmente constituída, possui um valor político na Constituição portuguesa e é sobre a sua solidez moral que se levanta a estrutura da Nação. Sem querer dizer que o regime político de Portugal vale mais ou menos que um outro, é um facto que, contrastando com o passado, o regime actual procura para o país ordem, estabilidade, progresso, força, renascimento da consciência nacional e prestígio entre as Nações. E é assim que, sem querer aconselhar o seu regime a ninguém, Portugal não teria nenhuma vantagem em trocar o seu pelo dos outros países.

Nesta hora de inquietação contemporânea, em que se procede à revisão das instituições s, sociais e políticas e onde se procuram novas fórmulas de prosperidade, de poder, ou simplesmente de paz, seria, pelo menos imprudente, pôr de lado os ensinamentos das experiências realizadas entre povos que vos são aparentados pela sua formação mental e pelo tipo ou grau da sua civilização. Porquê se recusaria o pouco da luz que podemos fornecer para aclarar este trágico debate? Aquele que passar pode olhar e ver, sem ser obrigado a admirar.

## CAPÍTULO PRIMEIRO

### REVOLUÇÃO NACIONAL

I

#### A desordem estabelecida

Antes de se ter empreendido a obra de reorganização, uma só palavra — desordem — definia, em todos os domínios, a situação portuguesa.

#### A desordem política

Sobretudo, um pouco causa e um pouco efeito de todas as outras desordens, o funcionamento irregular dos poderes públicos. Quaisquer que fossem o valor dos homens e a rectidão das suas intenções, os partidos, as facções, os grupos políticos criam representar por direito a democracia, e exerciam de facto a soberania nacional, mas conspirando ao mesmo tempo. À presidência da República não tinha nem força nem “estabilidade. O Parlamento oferecia constantemente o espectáculo do desacordo, do tumulto, da incapacidade legislativa ou do obstrucionismo, e escandalizava o país com o seu procedimento e a inferior qualidade do seu trabalho. Aos ministérios faltava uma forte coesão; não “podiam governar, mesmo que membros seus desejassem fazê-lo. A administração pública, inclusivamente a das autarquias e a das colónias, em vez de representar a unidade e a acção progressiva do Estado, era pelo contrário símbolo vivo da falta de colaboração geral, da irregularidade, da desorganização geradora, até nos melhores espíritos, do cepticismo, da indiferença e do pessimismo.

Estreitamente ligada àquela desordem, que envenenava toda a vida portuguesa, havia, na Metrópole e nas colónias a desordem financeira e a desordem , que, agravando-se mutuamente, agravavam a desordem política, neste círculo vicioso dos males nacionais. Longe de mim a intenção de examinar minuciosamente esse estado de desequilíbrio financeiro, que absorvia todas as receitas normais e as dos novos impostos e taxas, que o Parlamento tinha votado,

sem que se soubesse sequer como equilibrar o deficit que devorava as emissões de notas do Banco de Portugal e as disponibilidades da Nação, mobilizadas pelas emissões de títulos do Tesouro e as repetidas sangrias feitas à Caixa Geral de Depósitos, enquanto que no orçamento, na tesouraria, em todas as contas, o exagero das autonomias, legais ou ilegais, e o atraso de pagamento, de liquidação, de escrituras, de estatística, estabeleciam a incerteza e a confusão. Nego-me a fatigar-vos com números, mas há um que merece ser citado. Já depois da guerra, e não obstante os esforços interessados, mas isolados, que foram feitos para remediar a situação, o deficit anual, reduzido em ouro ao câmbio médio de cada um dos exercícios, elevou-se a perto de 5 milhões de libras esterlinas, o que representa, em seis anos, cerca de 30 milhões de libras, ou seja, três milhões de contos na nossa moeda actual. E, de estas tão grandes somas despendidas, sabe-se como foi modesta a parte destinada ao verdadeiro enriquecimento e à valorização do activo nacional. *Desordem: a desordem financeira.*

### *A desordem económica*

Tornado impotente pelas dificuldades políticas, embaraçado pelas dificuldades financeiras, o Estado não conservava, antes devorava a riqueza da Nação, consumia ou deixava consumir o capital colectivo, que lhe viera do passado, e as somas enormes que lhe agravavam o futuro. O Estado não teve, não podia ter, nem os cuidados nem os fundos necessários para restabelecer e alargar a rede de comunicações terrestres e marítimas, para estimular a expansão da agricultura, da indústria e do comércio, para resolver o problema da electrificação e para fazer nascer uma nova vida, fecunda e bem ordenada, na metrópole e nos nossos domínios coloniais. Onde poderá estar o espanto, se as taxas de lucro, por entre tais males, eram de 11 por cento para as notas do tesouro e de 15, 20 e mesmo 25 por cento para os contratos privados no País? Por que se admiravam com a produção nacional ser difícil e cara, vencida pela concorrência estrangeira no próprio mercado interior? Por que se admiravam por ver tão poucas pessoas aventurar o seu dinheiro no alargamento ou melhoria das suas propriedades urbanas ou rurais? A carestia da vida que nós conhecemos era lógica; a falta de confiança em relação ao futuro de Portugal era fatal, em nossa casa e mesmo no estrangeiro, onde o nosso crédito se restringia lamentavelmente; era inevitável que os emigrantes abandonassem em muito maior número o país, e baixasse o índice do movimento da população. Na vertigem das notas, dos preços e das trocas, o espírito da especulação e aventura suplantou a preocupação do negócio bem estudado e bem empreendido; a usura desesperada tomou o lugar da remuneração legítima e comedida do capital; inúmeros parasitismos substituíram os ganhos lícitos, na criação de riquezas. *Desordem: a desordem económica*

### *A desordem social*

Um pouco a miséria, muito a indisciplina, a fraqueza dos governos, os compadrios e as cumplicidades equivocadas, engendraram a anarquia nas fábricas, nos serviços, na rua. Um regime de insegurança, de revolta, de greves, de atentados, estabeleceu-se no País. Quando a fraqueza dos governantes não lhes permite ser para os cidadãos a garantia eficaz do direito de cada um, estes tomam sobre si, anarquicamente, a defesa da sua própria vida, interesses e bens; ou então, deixam-se vencer, abater, arrastados pelo terror, de que uma minoria audaciosa se serve para violar a justiça, ao abrigo de sanções. *Em todo o caso, desordem: a desordem social.*

Estes eram os aspectos mais salientes da grave crise que a Nação atravessava. Tais os factos que explicam que, nas vésperas da ditadura, de todos os lados se reclamasse um esforço de salvação nacional que trouxesse a este pobre país a condição fundamental do trabalho e da prosperidade: a ordem. É então que começa a grande batalha, uma batalha ainda hoje não desencadeada em todos os aspectos nem inteiramente ganha, nos campos em que foi travada. Mas, graças ao patriotismo do povo e ao apoio da força física, pode afirmar-se que os fundamentos da obra de reorganização foram já lançados e os seus mais sólidos pilares já erguidos.

## II

### A revolução portuguesa

A revolução nacional, que teve o seu início em 28 de Maio de 1926 e se desenvolveu quase imediatamente, sob a alta direcção do Presidente da República, não seria nem explicável nem defensável se não fosse profunda nos seus objectivos, honesta nos seus processos, essencialmente popular. Ela ficou a dever à alma nacional a continuidade da nossa missão histórica. Debruçar-me-ei sobre estes diferentes pontos.

A Europa e o mundo agitam-se em experiências políticas e sociais, revoltas, revoluções, crises, dificuldades, aspirações de vida nova; ensaiam-se sistemas; procura-se mostrar novos caminhos para a vida e para o equilíbrio das sociedades; princípios e instituições seculares desmoronam-se e outros, que deveriam ser mantidos, correm também o risco de soçobrar na confusão trágica do momento; os povos sentem cada vez mais os laços que os ligam na sua solidariedade. Neste pequeno canto ocidental, nem próximo nem longínquo, no centro de uma das grandes vias da civilização, este país, que não é de ontem, que tem uma fisionomia e uma

história, é chamado a assumir a sua posição. Nada teríamos compreendido das lições da nossa época nem delas teríamos beneficiado, se as armas de Gomes da Costa e do Exército português somente tivessem sido o instrumento pelo qual se substituissem uns homens por outros homens, particularismos por outros particularismos, ambições e vaidades por outras vaidades e outras ambições.

Face à Nação, mal acordada do seu torpor, reanimando-se penosamente de um pessimismo doentio, forçada pelas circunstâncias a defender o seu nome, a sua vida, a sua histórica missão civilizadora, aquele que governa não pode ver interesse nas mudanças superficiais que deixam intacta a causa dos males, mas sim, e unicamente, nas profundas transformações, sociais e políticas que dão origem a novos costumes e novas concepções de vida social e os garantam. Da altura de que o problema deve ser examinado, não se vêem bem nem as susceptibilidades pessoais, nem as rivalidades, nem os grupos, nem os partidos. Só a Nação se distingue e conta na sua vida, nas suas necessidades e no seu desejo de progresso; daí, esse ensaio audacioso de uma política sem política, ou melhor, de um governo sem política que pareceu uma loucura e foi uma felicidade para todos. Era, ao menos, no meio das divisões dos homens e da existência desolada de um país que continuava a ter muitas pessoas para amá-lo mas, pela fatalidade dos acontecimentos, muito poucas para servi-lo, uma nova tese, digna de ser experimentada.

Se suposermos que tudo está feito, ou, ao contrário, que nada está feito, não compreenderemos o que se passa nem a dificuldade daquilo que ambicionamos. Uma revolução tão grande e tão profunda, ou nunca chega a nada, ou se faz pela lenta absorção dos novos princípios inspiradores da vida dos homens; e então ela será tanto mais avançada quanto mais a sentirmos em nós mesmos.

\*\*\*

A revolução não deve somente ser profunda nos seus objectivos, mas também séria nos seus processos. Por isto entendo duas coisas: sinceridade e gravidade.

A seriedade é antes de mais a conformidade dos sentimentos com as ideias e a conformidade dos actos com os princípios. Na vida pública, como na vida privada, a falta de sinceridade descoroça e fatiga: nenhum regime político que emprega a mentira como método de governação ou se limita a verdades convencionais, pode ter crédito na alma popular.

Para nós, não há falsas acusações como arma política, nem factos para além dos controlados, nem promessas que não sejam a antecipação de um desígnio amadurecido ou de um plano seguramente realizado.

Se nós somos contra os abusos, as injustiças, as irregularidades da administração, o favoritismo, a desordem, a imoralidade, é porque isso corresponde a uma ideia séria de governo e não a uma atitude política, à sombra da qual cometêssemos os mesmos abusos e as mesmas injustiças. Ai daqueles que fingem abraçar estes princípios de salvação nacional, declaram seguir-nos na obra revolucionária, sabendo que nós pretendemos audaciosamente elevar, por meio de reformas sociais, o nível económico e moral do povo, mas que no fundo não mais pretendem que adormecer, esperançosos, as mais vivas reivindicações e utilizar a paz que nós lhe oferecemos para esquecer as exigências da justiça. Esses não são dos nossos nem estão connosco.

A seriedade é, em segundo lugar, a gravidade do pensamento e da acção. D'Ormesson escreveu, a propósito do rei dos belgas e da sua morte, estas belas frases: «Alberto I era sério. Eis a palavra que diz tudo. Ele era a consciência feita rei, e foi isso que o seu povo e todos os povos sentiram. Porque o povo é sério. À vida é séria. O trabalho é coisa séria. É sério ganhar a vida, lavar ou manejar uma ferramenta, educar as crianças, lutar contra a doença, contra as provações, economizar o necessário para assegurar os seus dias de velho. Acreditei-me, as massas têm intuições profundas. Elas sabem distinguir quem possui esta concepção de seriedade de quem não a possui de modo algum» Expliquemo-nos: a falta de seriedade na vida pública está na base de mais que um movimento político.

No semi-isolamento do meu trabalho, procuro sair de mim mesmo e assistir, como simples espectador, à obra governamental; sentir-me-ia infeliz se, completamente absorvido pela acção, chegasse a perder as minhas faculdades críticas. A vida do País passa na frente dos Governos, nos processos, reclamações, petições, projectos e leis — triste ou alegre, optimista ou desolada, humilde ou orgulhosa — como ela é na realidade. E é grave. A paz ou a guerra, a ordem, a autoridade, a disciplina, o crédito do Estado, a honra da Nação, O trabalho, a educação, a velhice, a infância, o homem que sustenta o seu gado, o operário que dirige a sua máquina, a mulher que cria o seu filho — é tudo demasiado sério para não ser uma preocupação cons | tante e não deixar na consciência profundos traços.

A gravidade da vida não implica necessariamente o pesar da tristeza, o pessimismo, o

desencorajamento; é, pelo contrário, muito compatível com a alegria do povo, os recreios, a graça e o riso. Ela exige simplesmente que as coisas sérias sejam seriamente tratadas. Eis por que as pequenas conspirações de passeio, os planos dos revolucionários desempregados, os projectos que trarão felicidade e abundância somente porque são publicados no Jornal Oficial, os gabinetes de amigos, as combinações nepotistas, a partilha dos lugares e a criação do caos, de onde saíam em seguida, espontaneamente, a ordem e a luz, se afastam das profundas realidades nacionais e, em geral, não são mais que jogos infantis, pequenas tragédias familiares sob o olho vigilante dos pais.

Enfim, a revolução de 28 de Maio é nitidamente popular pela sua preocupação de estar em contacto directo com a alma do povo e de satisfazer as suas necessidades mais urgentes.

Um jornalista francês foi o primeiro, creio, a afirmar audaciosamente perante a Europa que a decadência parlamentar e a das suas discussões estéreis não significavam de maneira nenhuma a menor ingerência da Nação nos assuntos públicos, e que ela era mesmo perfeitamente compatível com uma mais estreita aliança dos governos e dos povos. O caso português ilustra por si só esta tese.

### III

#### Solução política preliminar

Nenhum problema de administração pública poderia ter sido resolvido, nem empreendida nenhuma reforma social ou ética, nas condições políticas em que Portugal se encontrava em 1926. Nós vivíamos sob o regime da Constituição Republicana de 1911, cujas modificações posteriores não souberam senão reforçar o seu carácter parlamentar. Mas é importante sublinhar que era na realidade o regime político e assinalar os lefeitos desta Constituição, assim como os do funcionamento das instituições agora existentes.

Deixando de lado as numerosas revoluções — que rebentaram no decurso do período que se estendeu entre o estabelecimento da República, em Outubro de 1910, e a sublevação do exército, em Maio de 1926 — não tomando mesmo em conta a perturbação da vida proveniente de um estado revolucionário endémico, eis qual foi o nosso destino, durante aqueles anos de República parlamentar: instabilidade e fraqueza da mais alta magistratura do Estado; instabilidade e incapacidade governamental, uma vez que os governantes estavam submetidos à onipotência constitucional das Câmaras, impedidos de governar para além do que estas permitiam. Atrás das Câmaras, ou melhor, quase sempre acima delas, encontravam-se os

numerosos partidos políticos e os seus «comités» directivos, apoiando-se numa massa eleitoral dirigida por chefes locais importantes, interesseiros e sem idealismo, fonte suprema, enfim, dos poderes do Estado. Nestas condições, é bem difícil sustentar que nós tenhamos tido alguma vez eleições livres, ou que, por ocasião das consultas eleitorais, os cidadãos eleitores estivessem à altura de compreender a favor de quem deveriam pronunciar-se.

Longe de mim pensar que não houve, nos partidos ou fora deles, homens dum alto valor moral ou intelectual, animados do desejo de serem úteis à Nação; pretendo simplesmente dizer que as instituições políticas e as condições de vida política em Portugal deviam fatalmente aniquilar todos os esforços.

Donde, a necessidade de permitir a acção de um qualquer governo, de uma solução política, mesmo provisória. Esta solução ocasionou a Ditadura nacional, estabelecida sem luta pelo exército, em 28 de Maio de 1926. Esta Ditadura precedeu — o que era de toda a lógica política — a obra de reorganização a empreender nos diferentes domínios, a começar pelo financiamento. Consistiu ela nisto: encerramento e dissolução das Câmaras, dissolução dos partidos, instituição de um governo forte e independente, algumas outras restrições necessárias, no tocante à liberdade de Imprensa e de reunião. A experiência passada de. mostrou que dar liberdade de acção aos antigos partidos, era permitir-lhes corromper a opinião pública e entravar toda a acção eficaz, através dos seus par. tidários e dos funcionários da sua devoção. Mas não se viram nem exonerações de funcionários, nem prisões, nem deportações, nem nenhuma destas restrições violentas, destas perseguições que impedem o trabalho pacífico ou limitam a liberdade individual — o domínio político estava naturalmente excluído — dos vencidos da véspera. A revolução, essencialmente nacional, fez apelo à boa-vontade de todos os Portugueses. Na nova ordem política tornava-se possível trabalhar, e começou-se pela reforma financeira, pelos motivos que exporemos.

#### IV

##### O saneamento financeiro

Apesar de tudo que se realizou em matéria financeira ao longo destes últimos anos, não me parece, à mim, ministro das Finanças, que se possa falar de uma obra notável, pela sua novidade ou pelos seus princípios de base. A reforma financeira empreendida em Portugal é bem menos original e bem menos revolucionária que certas tentativas feitas fora dos nossos dias. A única característica desta obra é o seu classicismo. Ela constitui, no entanto, uma vitória de grande alcance e um verdadeiro trabalho de Hércules.

Dizer que, apesar da crise que devastou o mundo, o nosso orçamento é equilibrado de há oito anos para cá e que estes sete anos de gestão estão encerrados com importantes saldos credores, é gabar-se de uma coisa quase ridícula – deveria ser sempre assim... É verdade que a nossa história administrativa revela um desequilíbrio tão constante que, no decurso de todo um século, seria já muito bom descobrir três anos de contas sãs. O «déficit» era uma instituição crónica, e por isso mesmo muito difícil de desenraizar. Falta de seriedade nos cálculos orçamentais, orçamentos desequilibrados em série, impostos demasiado leves, incerteza e caos de uma política no fim de contas ineficaz – tudo isso se explica pela fraqueza da nossa economia, pela fragilidade do governo, pela desordem política e a desorganização administrativa, enfim, pela instabilidade e pela falta de perseverança – defeito capital da nossa raça – na execução de um plano determinado. Foi necessário ter em conta tudo isso para assegurar o sucesso político da reforma financeira.

Uma vez obtidos o equilíbrio e estes importantes saldos credores, foi possível não recorrer mais à emissão de notas do Banco de Portugal ou à subscrição contínua de Títulos do Tesouro, nem aos depósitos da Caixa Geral dos Depósitos, fundos principais da nossa dívida flutuante, cujo reembolso, pelo contrário, se empreendeu. A dívida flutuante exterior foi rapidamente reembolsada e, no interior, as obrigações do Tesouro, sob todas as suas formas – contas devedoras ao Banco de Portugal, bónus a curto prazo – foram progressivamente eliminadas. A taxa de juro foi trazida de 11 para 3 % por cento; foram feitas conversões sucessivas da dívida, todas facultativas, e os títulos de valores mobiliários adquiriram uma importante mais-valia.

É evidente que muitas outras reformas foram necessárias para consolidar o equilíbrio financeiro, dos impostos e da contabilidade, do crédito, do Banco de Portugal e da Caixa Geral dos Depósitos. Assim, foi assegurada a estabilidade monetária, regularizado o regime da circulação das notas, organizado o crédito agrícola e industrial, na parte que está a cargo do Estado.

Depois do início, a mesma inteligência procede à elaboração desta obra e as mesmas mãos a executam, Baseado em princípios muitos simples, sensatos, de uma impecável honestidade e de uma economia rígida, a obra realizada pôde fazer frente a todas as críticas, e sobretudo a todos os acontecimentos que arruinaram outros por esse mundo.

O orçamento e as contas são tão claros que não deixam qualquer margem para dúvidas, quanto à boa utilização do dinheiro proveniente dos impostos. Mas existem descontentes –

sobretudo entre aqueles que não sabem qual é o peso dos impostos no estrangeiro. O fundo da questão radica nisto: que o Estado tem por detrás de si um passado no decurso do qual, por falta de uma boa administração e de recursos, se demitiu das suas tarefas essenciais: estradas, portos, telégrafos e telefones, obras públicas, hidráulica, ensino, tudo isso estava paralisado. Em compensação, as elevadas taxas de juro e as desigualdades ou a exiguidade dos impostos proporcionavam a alguns uma vida privada muito fácil. Hoje, para recuperar para a engrenagem nacional o tempo perdido, o Estado vê-se na obrigação de mobilizar grossas despesas e comprimir, mais do que lhe seria necessário se o apetrechamento estivesse modernizado, as economias privadas, sobretudo aquelas que apresentam um carácter parasitário, mas, por outro lado, o actual estado de coisas é mais favorável àqueles que têm interesses directos na produção. O conflito entre o interesse geral e o interesse particular de alguns é que está na base destes vãos descontentamentos.

Ao «déficit» sucederam importantes excedentes, que não poderão talvez manter-se tão elevados, mas com que se tornaram estáveis as condições de um sólido equilíbrio das finanças públicas. A dívida externa flutuante foi integralmente paga; a dívida flutuante interna diminuirá progressivamente pelo reembolso e a consolidação, e estará completamente extinta daqui a dois ou três anos, no máximo, se continuarmos a seguir esta mesma política. A Tesouraria tem hoje disponibilidades consideráveis que a põem inteiramente ao abrigo de operações ruinosas realizadas sob o império de necessidades prementes. A estatística, na via da sua regularização e da sua acentuação, encaminha-se para a desejada perfeição. O crédito de Portugal consolida-se de dia para dia, procurando nós as bases das operações de crédito que será indispensável efectuar para completar a restauração financeira, a consolidação monetária e para dar incentivo à produção, às comunicações e à riqueza geral.

Quitam-se velhas dívidas, liquidam-se desagradáveis questões que se têm arrastado durante anos, procura-se fazer uma melhor repartição dos encargos do imposto, acentua-se a regularidade das entradas de dinheiro e dos pagamentos, reforça-se a fiscalização, a fim de que tudo siga na ordem e segundo a lei. Concentração, unidade, simplificação, regularidade, defesa do carácter sagrado dos contratos, domínio absoluto da lei — tais são os princípios fundamentais da administração e de todas as reformas. Estas últimas traduzem, desde as que tiveram como objecto o orçamento e a dívida pública até à que se ocupou da contabilidade, a marcha ininterrupta em direcção à ordem | financeira. Eis, nalgumas linhas, o que se refere ao problema financeiro.

V A reforma económica

De nada serviria reorganizar as finanças públicas, se se desleixasse a economia geral, onde aquelas vêm alimentar-se. Eis alguns dos princípios fundamentais da nossa reconstituição .

O Estado Novo português colabora com os particulares na reconstituição do país. Mas deve antes de tudo frisar-se que considera errónea a tendência moderna para alargar sem limites a intervenção do Estado. Não se ignora que as condições especiais da nossa época, e sobretudo a política de alguns Estados, reagindo sobre nós, nos obrigaram a intervir de uma forma mais alargada, mesmo que nós o não tenhamos desejado; todavia, em nossa opinião, quando o Estado se substitui aos particulares sufoca a força criadora de toda a iniciativa privada, e daí só podem resultar inconvenientes.

Há um certo número de atribuições e encargos que incumbem ao Estado, pela sua própria constituição, e, de facto, pode acontecer que o Estado deva substituir-se aos particulares desprovidos de capacidade financeira, de valor técnico, ou ainda de uma suficiente autoridade. O campo é aqui tanto mais vasto quanto se negligenciaram os interesses mais prementes da economia nacional. A reforma financeira procurou os elementos indispensáveis e é sobretudo de há sete anos a esta parte que se trabalha mais activamente nesse sector. Estamos em vias de realizar a primeira parte do plano conjunto que deve ser executado em quinze anos: defesa terrestre, aérea e naval, estradas, caminhos de ferro, portos, hidráulica agrícola, rede eléctrica nacional, telégrafos e telefones, comunicações e créditos coloniais, instalação de serviços públicos e de escolas. Ao fim deste prazo, se não nos afastarmos das sendas traçadas, o país terá mudado de fisionomia e o Estado poderá gabar-se de ter seriamente contribuído para a reconstituição da Nação. Mas não há mais que as condições materiais do trabalho.

Não existe no mundo de hoje um só país de onde possa dizer-se que exista, generalizada, a livre-troca; em todo o caso, o nosso figura entre aqueles onde o proteccionismo é mais moderado. Consideramos um grave erro o proteccionismo excessivo, que nós vemos desenvolver-se por toda a parte, fazendo tábua-rasa das condições naturais de existência dos povos e deformando, em prejuízo da humanidade, o carácter particular das diversas economias nacionais. Em lugar de resolver os problemas de momento, a criação de economias autárquicas (a que procede a maior parte das Nações — quer como reacção contra outras autarquias, quer como desejo de organizar a sua defesa militar) só servirá para levantar outros problemas, no futuro. Nestas difíceis conjunturas, nós resistimos o mais que podemos às restrições, tarifas aduaneiras, contingentes, limitação do comércio de divisas, e constituimos assim, a par de alguns outros países, uma das raras partes do globo onde é respeitada a liberdade de importação, de exportação e do comércio de divisas.

\*\*\*

Um dos princípios fundamentais da nossa reconstituição é que as economias da Metrópole e das colónias devem ser o complemento uma das outras e tender para a constituição de um todo. Esta política, constitucionalmente definida no Acto Colonial de 1930, não pode ser uma causa de espanto para ninguém. De resto, o princípio da comunidade nos limites do Império não é outra coisa que a extensão do princípio da comunidade política, tradicional em Portugal, entre a Metrópole e as colónias, que são as nossas províncias do ultramar. Deste princípio essencial resultam relações aduaneiras especiais entre a Metrópole e as próprias colónias. Além disso, a dita integração obsta a que qualquer das nossas colónias possa ser considerada – em detrimento do conjunto a que pertence – como fazendo parte de uma economia estrangeira qualquer: quer dizer que as actividades dos estrangeiros nas colónias portuguesas devem desenvolver-se unicamente em proveito da nossa economia nacional.

Eis aquilo por que o Estado olha; mas a reconstituição da economia não poderia, pelo menos entre nós, ser unicamente uma obra pública: ela deve ser mais ainda tarefa dos particulares, reunidos em uma organização corporativa. A corporação representa, no domínio económico, social e político, o princípio básico. A República Portuguesa é, portanto, por definição, um Estado corporativo, o que não quer dizer que a organização corporativa se encontre de facto já concretizada em todos os domínios em que se reconhece que ela é possível e seria benéfica. Pelo contrário: em lugar de uma marcha acelerada, uma marcha lenta, mas segura, tudo como se se experimentasse um sistema que não tivesse ainda sido posto em prática numa forma tão geral que dispensasse uma prudência extrema. Embora não se tenha constituído ainda integralmente uma só corporação, o espírito corporativo começa a penetrar a economia nacional e é isso o essencial para o triunfo do regime. Acontece-nos mesmo, por vezes, experimentar organismos pré-corporativos antes de objectivar organizações tipicamente corporativas, isto para abrir o caminho no sentido da solução desejada, em vez de correr o risco de comprometer o sistema por falta de preparação dos dirigentes ou do meio social.

A crise reduziu de uma maneira extraordinária, quando as não eliminou mesmo, as dificuldades que, num país tão individualista como Portugal, não poderiam deixar de contrariar a realização do sistema corporativo. A partir de 1930, o excesso de concorrência e o abaixamento dos preços produziram prejuízos tais que a organização corporativa apareceu como a única tábua de salvação. À falta de organismos corporativos ou pré-corporativos, uns como outros reguladores do mercado, ver-nos-emos na impossibilidade de proteger eficazmente certas produções nacionais sem recorrer a tarifas aduaneiras exageradas. As vantagens do sistema corporativo far-se-ão sentir bem depois da nossa época: logo que as dificuldades actuais tenham sido ultrapassadas, outras surgirão talvez, mas o hábito terá então criado, na produção

e nas suas relações com o trabalho, uma segunda natureza. É certo que esta não estará disposta a rejeitar um instrumento de progresso social, e isso bastará para que o conjunto das actividades que possuem interesses na produção continue a abrigar-se à sombra da organização corporativa.

O problema coloca-se nos seguintes termos: nas condições do mundo actual, é duvidoso que algum Estado possa dispensar uma organização da sua economia nacional. Ora, se não se quer que o Estado organize e dirija ele próprio a economia da Nação, transformando-a assim em economia de Estado, só encontramos uma solução: a organização corporativa, graças à qual o Estado pode tirar um benefício de todas as forças produtivas, mantendo em absoluto os princípios da propriedade privada, da iniciativa particular, da concorrência moderada, e usando sempre a sua autoridade para reprimir os abusos. Para nós, que desejamos salvaguardar os princípios que vimos indicando, porque, do ponto de vista social, os consideramos superiores àqueles que se lhes opõem, a organização corporativa tornar-se-á, sob o alto controlo dos poderes públicos, o tipo de economia auto-dirigida: para cada ramo de produção, ela assegurará, ao mesmo tempo, a solidariedade dos interesses do capital e do trabalho no conjunto da produção, e o equilíbrio entre os diferentes ramos.

A organização corporativa não é obrigatória em Portugal a não ser em casos assaz raros onde, sem ela, a produção se encontraria paralizada. O Estado deseja que uma salutar concorrência encontre sempre lugar e quer, acima de tudo, que em cada domínio as iniciativas privadas possam desenvolver-se livremente; o Estado abstém-se assim de dirigir ele próprio a corporação, reservando-se apenas o direito (que considera um dever) de velar pela aplicação das leis e de proteger os interesses da colectividade. Ir mais longe seria, em sua opinião, dificultando o papel do governo, trazer prejuízo à vida social...

Se se nos perguntar quais são os resultados obtidos, nós responderemos simplesmente: possuímos, em alguns grandes ramos da actividade, uma organização ainda modesta mas com a qual podemos contar para regularizar a produção e o comércio, os preços e as condições de trabalho; malgrado a crise, vivemos por assim dizer sem desemprego; e, malgrado muitos maus exemplos e deploráveis sugestões, temos a paz social.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### PRINCÍPIOS DA ORDEM NOVA

## Sinceridade do poder

Tem o Estado Novo português uma política ideológica, isto é, admite ele a verdade de uma certa doutrina e toma a sua defesa? Respondo claramente que sim, na certeza de que só um pretense Estado liberal poderia adoptar uma atitude contrária. Ora o liberalismo, no sentido absoluto do termo, não existe nem nunca existiu: do ponto de vista filosófico é um contra-senso, e na ordem política é uma mentira.

O Estado é por si mesmo, e qualquer que seja a sua forma, uma construção política derivada de um sistema de conceitos fundamentais: conceito e valor da Nação, conceito da pessoa humana e dos seus direitos, fins do homem, prerrogativas e limites da autoridade. Daí deriva logicamente tudo o resto. E como é da essência mesma do poder procurar manter-se, haverá sempre um número mais ou menos grande de princípios que o poder não deixará discutir, isto é, a propósito dos quais a liberdade não existe. Nenhuma negativa é válida contra este facto.

Se o Estado é uma doutrina em acção, não seria lógico que ele se desinteressasse da sua própria ideia: tem, pelo contrário, a obrigação de defendê-la e propagá-la, tendo em vista a sua própria consolidação. Se o Estado se considera, sobre certos pontos, o detentor da verdade, a sua neutralidade seria inconcebível. A indiferença a propósito de um princípio equivale, com efeito, à negação deste princípio, e não raras vezes o silêncio pesa mais que o erro.

Mas certas pessoas pensarão que esta tese entrava o progresso da ciência e a liberdade da educação. É por isso que devemos aclarar a posição que tomamos.

No que diz respeito ao progresso da ciência, os princípios fundamentais que constituem a ideologia do Estado Novo não são e não pretendem ser um tratado de direito político. Eles não traduzem o que é, mas o que deve ser, e o que deve ser escapa à ciência.

Em segundo lugar, o Estado não é, em Portugal, o educador por excelência; a função educativa é antes de tudo da competência da família, com a qual o Estado colabora, só a substituindo em caso de inexistência ou incapacidade. Na educação, a liberdade existe, pois, e é respeitada — sob reserva da obediência a uma meia dúzia de princípios fundamentais, formulados de resto em favor da própria família e da comunidade a que está ligada. Posto isto, seria ridículo que o

Estado receasse ensinar a sua doutrina às novas gerações e reconhecesse aos agentes do ensino o direito de ensinar princípios opostos, agentes do ensino que as famílias não escolhem mas são obrigadas a aceitar. Em nome de quê teriam esse direito?

Nesta óptica, de resto, não pedimos grande coisa: noção e sentido da Pátria e da solidariedade nacional; família — célula social por excelência; autoridade e hierarquia; valor espiritual da vida e do respeito devido à pessoa humana; obrigação do trabalho; superioridade da virtude; carácter sagrado dos sentimentos religiosos — eis o essencial para a formação mental e moral do cidadão do Estado Novo. Somos, pois, contra todos os internacionalismos, contra o comunismo, contra o socialismo, contra o sindicalismo libertário, contra tudo o que diminui, divide, desagrega a família, contra a luta de classes, contra os sem Pátria e os sem Deus, contra a escravidão do trabalho, contra a concepção puramente materialista da vida, contra a força como origem do direito. Somos contra todas as grandes heresias do nosso tempo, tanto mais que nunca tivemos a prova da existência de um único lugar no mundo onde a liberdade de propagar semelhantes heresias tenha constituído uma fonte de bem; esta liberdade, quando se a concede aos bárbaros dos tempos modernos, só serve para minar os fundamentos da nossa civilização.

Entretanto, se por política do espírito se entende a defesa dos valores espirituais contra a vaga crescente de materialismo, declaramos ser partidários dessa política. Pensamos que as nações estão em vias de malbaratar o seu património moral e de trocar por «um prato de lentilhas» a grande herança espiritual que os séculos lhes legaram.

À unidade moral e religiosa já não existe infelizmente em parte alguma, mas cada nação possui ainda uma reserva de sentimentos cuja nobreza deveria ser exaltada para que se a não deixasse perder. À elite que detém estes sentimentos diminuirá cada dia mais, na loucura do nosso tempo, onde a sede de benefícios e a dissolução dos costumes corromperam a riqueza e as suas fontes, o trabalho e as suas aplicações, a família e o seu valor social.

Se o mundo não conhece um longo período de idealismo, de espiritualismo, de virtudes cívicas e morais, não me parece que seja possível ultrapassar as dificuldades do nosso tempo.

## II Princípios da nova Constituição

Sendo de uma absoluta necessidade para encetar a acção, a Ditadura Nacional, estabelecida

em 1926, não foi mais que uma solução política provisória. Contudo, pôs em jogo os elementos e revelou tendências, cujas vantagens eram por demais evidentes para que a Constituição de 1933 não as tivesse em conta. Esta Constituição, a que é preciso juntar o Acto Colonial, encerra os princípios fundamentais da organização política e social. Pertencemos assim ao grupo dos países que dispõem de uma Constituição escrita e rígida, quer dizer, de uma Constituição que não pode ser modificada pelo Poder legislativo regular, ao qual, entretanto, o Chefe do Estado pode conferir, se o julgar oportuno, poderes constituintes.

Em todo o caso, a Constituição portuguesa distingue-se pelo facto de possuir uma parte puramente dogmática; não se contenta com estabelecer a organização do Estado e definir os direitos dos cidadãos: ela consagra um certo número de princípios que orientam a reforma política, e social. E saiba-se que nós consideramos esta parte mais importante que os capítulos onde se trata da competência dos órgãos do Estado e do seu modo de formação. A Constituição portuguesa distingue-se das outras muito mais pela sua parte ideológica que pela sua construção política. É nesta parte ideológica que se encontra o pensamento revelador da nação e do Estado actuante; enquanto que na outra há somente algumas fórmulas de construção política, que poderão e deverão mesmo ser modificadas à medida que a consciência política for cada vez mais penetrada por este mesmo pensamento e deixem de ser necessárias as disposições que traduzem uma espécie de complacência para com estados de espírito ainda muito propagados e instituições cuja existência caminha sem dúvida para o seu fim.

No exame da Constituição portuguesa, importa portanto saber distinguir as aparências das realidades profundas. Que apreendemos nós, lendo superficialmente esta Constituição? Quase nada mais que o que se vê em muitos outros países: um Chefe de Estado eleito pelo sufrágio directo; duas Câmaras, uma das quais é também eleita pelo sufrágio directo; um governo nomeado pelo presidente da República, não dependendo dos votos da Assembleia Nacional; tribunais aos quais é assegurada uma completa independência. Mas por detrás desta fachada há um espírito constitucional que dá às instituições e aos órgãos do Estado um aspecto diferente daquele que habitualmente se lhes atribui.

Somos antiparlamentares, antidemocratas, antiliberais e queremos construir um Estado corporativo, tais afirmações são capazes de fazer tremer certos povos — e até mesmo de causar horror a alguns —. mais habituados a corrigir pelas virtudes da sua formação social os defeitos do seu sistema político, do que a vislumbrar os danos causados por estas mesmas instituições nos países que têm uma formação diferente. Mas, sinceramente, não há nisso nada de estre mecer; no fim de contas, nós perseguimos os mesmos objectivos que eles, mas pela via dos processos que se adaptam melhor à nossa maneira de ser. Desejamos que o

maior mérito das nossas instituições seja o de trazer a marca da sua origem portuguesa.

Um dos grandes erros do século XIX foi considerar que o parlamentarismo inglês, a democracia inglesa constituíam um regime capaz de se adaptar a todos os povos europeus. Eis aqui o resultado: a democracia parlamentar conduziu por toda a parte à instabilidade e à desordem, ou então transformou-se numa espécie de dominação absoluta dos partidos sobre a verdadeira Nação, salvo, talvez, na Suíça e nalguns países do Norte, onde as condições especiais da vida e da história permitiram às instituições democráticas aclimatar-se e funcionar. Governos ditatoriais não deixavam de surgir aqui e ali, quando o mal se tornava insuportável. Eles restabeleciam a ordem, reorganizavam a vida, reparavam os danos, e depois tudo estava em recomeçar.

Em geral, as democracias do continente não fizeram pelo povo o que regimes não democráticos teriam podido: do fazer, e não é verdade que os regimes qualificados de liberais tenham realmente salvaguardado as liberdades públicas. Nós somos antiliberais, porque queremos garantir estas liberdades, enquanto que o liberalismo nos privou de algumas das que nós possuíamos e se mostrou incapaz de nos assegurar aquelas que teríamos podido obter. Somos antidemocratas, porque a nossa democracia, que aparentemente se apoiava no povo e pretendia representá-lo, chegou ao ponto de não se lembrar do povo a não ser no momento das eleições; ao passo que nós queremos elevar o povo, educá-lo, protegê-lo, arrancá-lo da escravidão da plutocracia. Por outro lado, imaginar, como fazem muitas vezes, que as liberdades públicas estão ligadas à democracia e ao parlamentarismo, é não ter em conta as realidades mais evidentes da vida pública e social de todos os tempos.

Que a preocupação do povo nos esteja nas entranhas e que nós sejamos os defensores da sua ascensão contínua na ordem material e moral, não implica de forma alguma, para nós, a necessidade de crer que na massa se encontra a origem do poder, e que o governo pode ser a obra da multidão e não de uma elite à qual incumbe o dever de dirigir a colectividade e de se sacrificar por ela. Querer garantir as liberdades reputadas essenciais à vida social e à dignidade humana, não implica a obrigação de considerar a liberdade como o elemento sobre o qual se deve elevar toda a construção política. O liberalismo acabou por cair no seguinte sofisma: não há liberdade contra a liberdade. Mas, em harmonia com a essência do homem e as realidades da vida, nós diremos: só não há liberdade para contrariar o interesse comum.

III

O Estado português não é fascista

No capítulo precedente encontram-se expostas algumas das noções características do Estado Novo Português. Em todo o caso, para melhor o compreender, será preciso confrontá-lo, por um lado, com os regimes que habitualmente são confundidos com o nosso, ditaduras ou Estados autoritários europeus e, por outro lado, com regimes como o parlamentarismo inglês, que parecem ser-lhes francamente opostos.

Nós podemos, desde já, pôr o soviétismo russo de lado: parece-me que ele não possui nenhum ponto de contacto com qualquer outro sistema político. Muita gente imagina que o comunismo representa um progresso em relação ao actual estado da humanidade; a mim, parece-me um recuo. Em diferentes épocas, o mundo conheceu numerosas experiências comunistas e, num certo sentido, pode-se dizer que as ordens religiosas as fazem ainda hoje.

A história demonstra que o comunismo só é compatível com uma economia pouco desenvolvida e pouco diferenciada, e que exige, quer uma autoridade forte e absoluta, como na Rússia, onde poderá assim manter-se ainda algum tempo, quer aquelas altas virtudes que lhe permitiram durar nas ordens monásticas. Eis porque é que se pode querer o comunismo, mas é impossível querer ao mesmo tempo o comunismo e a liberdade.

Esta não existe na Rússia; se, ao menos, pela falta de liberdade a sorte das classes operárias tivesse sido melhorada, esta perda de liberdade teria sido a sua compensação. Mas parece que não é este o caso: pelo facto da opressão, da igualdade, da falta de iniciativa e de atractivos, é de muito baixo rendimento o regime económico.

Eu não tenho nenhuma intenção de negar as realizações do Estado soviético, grandes fábricas ou vastas construções. Todavia, lembremo-nos de que a Rússia não reconheceu a dívida pública por si contraída antes da revolução; e se considerássemos por um momento a hipótese de uma atitude semelhante tomada por uma qualquer nação europeia, não chegaríamos nós à conclusão de que, sem qualquer mudança de regime, todos os Estados seriam capazes de realizar momentaneamente maravilhas? Assim posto o problema, concluir-se-á sem dúvida que a obra realizada é bem mínima.

A bem dizer, o comunismo russo não representa hoje nem um regime político nem um sistema económico: é uma doutrina, uma filosofia, uma moral, uma religião. Por intermédio dos seus apóstolos e dos seus agentes revolucionários, tem a pretensão de substituir por outras, e isso no mundo inteiro, as concepções que a maioria dos povos civilizados recebeu, mais ou menos directamente, de Roma e do Cristianismo. Mas parece que poucos notam até que ponto os princípios de uns e de outros são absolutamente inconciliáveis; com efeito, à parte da

Alemanha e Itália, francamente anticomunistas, os outros Estados querem-nos fazer crer que a sua tolerância para com uma propaganda subversiva — ou o seu assentimento tácito — só é ditada pelo respeito devido às instituições políticas dos outros povos.

Embora o comunismo tenha falido na Rússia, ainda há quem tente instaurá-lo entre nós, sob pretexto de salvar a democracia, a liberdade, a paz e a justiça social — e isso leva-nos à conclusão de que o espírito dos homens é bem tenebroso, ou que as suas declarações são cínicas.

\*\*\*

Por seu lado, o fascismo e o nacional-socialismo, que divergem do comunismo pelas suas concepções e as suas exigências espirituais, assemelham-se-lhe pelo seu conceito de Estado totalitário. Tanto para um como para outro, o partido é o Estado, ao qual se encontra

subordinada toda a actividade dos cidadãos; os homens só existem para o engrandecimento e a glória do Estado. Se o Estado possui, em si mesmo, o seu fim e a sua razão de ser, não pode existir regra externa para limitar a sua actividade, nem qualquer direito fora de si. Os direitos que o Estado define ou acorda são aqueles que convêm ao êxito dos seus próprios fins. Se, na prática e na maior parte dos casos, um tal regime se comporta para com os indivíduos como qualquer outro regime, é porque existe entre eles uma perfeita concordância de interesses, mas isto não significa de modo algum que os princípios postos não possam conduzir, e não conduzam algumas vezes, a conclusões bem diferentes.

Aquele que observa de longe o nacional-socialismo apercebe-se de que o lado nacionalista do movimento tem muito mais relevo que o lado socialista. Quaisquer que sejam a actividade e o cuidado com que ele se tenha ocupado das reformas sociais, estas não têm nenhum carácter de socialismo ortodoxo, pelo menos por enquanto. Nem este é, aliás, a favor do nacionalismo que se exprime tão claramente na exaltação sentimental do povo inteiro, se propaga através da Nação, consciente da sua grandeza e da sua força, e dá impulso à obra de unificação política, que é bem a maior e mais completa que se possa imaginar. Talvez seja lamentável que — sem dúvida como consequência da atitude especial que foi levado a tomar no interior do país — este nacionalismo esteja vincado por características raciais tão bem marcadas que impõem, do ponto de vista jurídico, a distinção entre o cidadão e o sujeito — e isso sob o risco de perigosas consequências.

É natural que, nos Estados tão absorventes, todas as actividades que tenham um interesse político directo ou um interesse na formação da consciência nacional, se encontrem nas mãos do Estado ou por ele sejam dominadas: educação, imprensa, reuniões públicas, organizações

desportivas ou de simples divertimento, e mesmo por vezes as de carácter religioso, não podem ficar fora do Estado; e admitir-se-ia muito menos ainda que elas fossem contra o Estado. Em caso de necessidade, um Estado tão forte não recuará, nem mesmo perante a violência mais exagerada e, na lógica do seu sistema, em vez de considerar esta violência como um atentado contra o direito, ele encaminhá-la-á para a manifestação dum direito mais elevado.

## IV

### Reforço do Poder Executivo

Não há Estado forte onde o poder executivo o não seja também, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito de partido e pelos excessos e as desordens do parlamentarismo.

O princípio salutar da divisão, da harmonia e da independência dos poderes é praticamente violado pelos hábitos parlamentares e mesmo pelas regras, inseridas nas constituições, que dizem respeito à eleição presidencial e à nomeação e à demissão dos ministros. Com efeito, essas regras submetem o Poder Executivo ao Legislativo, exercido pelas maiorias variáveis e ocasionais, e à mercê dos sufrágios de partidos estranhos às responsabilidades do poder. É uma necessidade fundamental dar a este princípio uma base real e efectiva; e, observando bem os acontecimentos políticos da Europa no decurso destes últimos anos, acontecimentos tornados inevitáveis pela desordem destas engrenagens, pode-se afirmar que tudo se move aí em redor da preocupação dominante de descobrir o sistema que dará ao Poder Executivo a independência, a estabilidade, o prestígio e a força.

Quaisquer que sejam a composição e o processo da formação das Câmaras, é preciso reconhecer-lhes a atribuição exclusiva de controlar o governo, de dar a sua orientação geral à marcha política do Estado, de fazer as leis. A este respeito, não se levanta qualquer dificuldade de princípio; mas, por um lado as necessidades modernas da legislação, excepcionalmente abundantes, e por outro a lentidão de movimento de órgãos tão complexos como as Câmaras, operarão em breve, estou convencido, uma grande transformação no seu método de trabalho. Eu pressinto que os parlamentos, mesmo que não venham a converter-se, no futuro, em órgãos puramente políticos e estranhos à função legislativa, serão forçados a aprovar somente as bases das grandes leis, deixando ao Poder Executivo, enquanto responsável da administração, atribuições mais vastas que as de simples regulamentação que hoje exerce.

Trabalhem elas desta forma ou de outra, o que não se pode reconhecer às Câmaras Legislativas é o direito de nomear e demitir os ministros e de fazer obstrução à vida pública. E, deixando de ser combinações fortuitas de alguns grupos para a conquista do poder, elas

poderão, com disciplina, dar bom rendimento na sua função, trabalhando somente o tempo necessário para bem a exercer.

O Poder Executivo, exercido pelo Chefe do Estado, com os ministros por si livremente escolhidos, sem depender de qualquer indicação parlamentar, tem por missão governar com o direito, a obrigação e a responsabilidade de manter a existência e a honra da Nação, de assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, de respeitar e de fazer respeitar as leis, de velar por tudo o que é indispensável à conservação e ao funcionamento do Estado. Para o fazer, tem necessidade de ser tão independente e tão legítimo representante da Nação como o Poder Legislativo.

Na nossa triste história contemporânea, dir-se-ia que os dois poderes nunca puderam coexistir devidamente equilibrados; tão depressa é o Legislativo que domina, submetendo os governos, como é o Executivo que reage, substituindo-se inteiramente ao outro. É o pior é que a experiência demonstrou que, para fazer obra útil ao país no governo, é preciso pôr de parte a Constituição.

Bom. É pois necessário preparar uma constituição que possa ser a vida normal do Estado e na qual se obtenha a harmonia dos Poderes sem retirar competência e prestígio ao Poder Legislativo nem estabilidade e força ao Executivo.

V

Coordenação social: a Nação no Estado

Apesar do que eu tenho vindo a dizer, nós não faremos mais do que passar de um texto para o outro, de uma ficção para outra, se não procurarmos coordenar devidamente, no Estado, todos os elementos políticos da sociedade, o liberalismo político do século XIX criou o «cidadão», indivíduo desmembrado da família, da classe, da profissão, do meio cultural, da colectividade a que pertence, e conferiu-lhe, para que o exercesse facultativamente, o direito de intervir na constituição do Estado. Era assim que se encontravam então definidas as fontes da soberania nacional.

Se se examinam bem as coisas, estamos em presença de uma abstracção — conceito erróneo

ou insuficiente — e é indo para os grupos naturais necessários à vida individual, e dos quais é realmente constituída a sociedade política, que certamente se encontrará o ponto de apoio que nós procuramos.

E eis, na base, a família, célula, social irreductível, núcleo originário da paróquia, da comuna e, portanto, da Nação. Ela é pois, por natureza, o primeiro dos elementos políticos orgânicos do Estado constitucional. Eficazmente protegida na sua formação, conservação e desenvolvimento, a família deve exercer, pela voz do seu chefe, o direito de eleger os membros dos corpos administrativos, pelo menos os da sua paróquia, pois esta não é mais, em suma, que a expressão natural das famílias ou dos lares unindo-se pelos seus interesses comuns. É deste modo que o cidadão tem direitos políticos bem fundados.

As corporações morais, como as universidades, as academias científicas, os círculos literários, artísticos e técnicos, as associações agrícolas, industriais, comerciais, coloniais e operárias são organismos que a civilização cria por instinto, à medida das necessidades sociais. Representando interesses legítimos que seria útil incorporar na colectividade, é uma tendência dos tempos e um bem para o Estado que elas se multipliquem e se alarguem a federações e confederações, a fim de constituir os factores da Nação organizada. Como tal, devem contribuir pelo seu voto ou a sua representação para a constituição das Câmaras, onde se deseja uma delegação verdadeira: mente nacional. Uma vez mais, deixa-se uma ficção — o partido — para utilizar uma realidade — a associação.

As corporações não devem apenas possuir as prerrogativas da administração local e regional, tão descentralizada quanto o permitem as condições do País, mas elas devem também possuir direitos políticos com influência na organização do Estado. A sua proveniência e a sua posição no organismo nacional determinam logicamente que constituam também colégios eleitorais, indicados para designar os membros das Câmaras Legislativas, juntamente com os votos das corporações morais.

Em resumo: pretende-se construir o Estado social € corporativo em estreita relação com a constituição natural da sociedade. As famílias, as paróquias, as comunas, as corporações onde se encontram os cidadãos, com as suas liberdades jurídicas fundamentais, são os organismos que compõem a Nação e, como tal, devem intervir directamente na constituição dos corpos supremos do Estado; eis uma expressão mais fiel que qualquer outra do sistema representativo.

## Capítulo terceiro

### O NOVO ESTADO

I

#### A representação nacional

A Constituição tornou o Governo independente da Assembleia Legislativa e, através desta, de todo o corpo eleitoral, para que não tenha de preocupar-se com a confiança ou a desconfiança das Câmaras, nem com artificiais movimentos de opinião, nem com a conservação das clientelas de partido. Órgão de soberania tão legítimo como qualquer outro, pela sua situação e pelas suas funções legitimamente investido do fecundo poder de iniciativa, quis a Constituição que, sob a superior direcção do Presidente da República, no Governo residisse o grande centro popular da vida do Estado.

Eis os princípios e as realizações já consagradas pela nossa experiência: sem prejuízo dos primeiros, atingiremos no futuro aquelas que se tornarem necessárias. É agora o momento de tratarmos da próxima constituição das Câmaras.

\*\*\*

O maior problema político da nossa época será a necessidade de organizar a Nação, tanto quanto possível sobre o seu plano natural, quer dizer, respeitando-se os agrupamentos espontâneos dos homens em torno dos seus interesses ou das suas actividades para os enquadrar no Estado, de maneira que este não seja, por assim dizer, mais que a representação da Nação com os órgãos próprios para realizar os fins colectivos, É este problema que confere uma importância política capital à organização corporativa.

Num plano inferior, há um outro problema, que se tornou agudo nos tempos presentes: a existência de assembleias que têm o poder de legislar, e as suas relações com os governos. Eu estou persuadido de que, daqui a vinte anos, a menos que haja um recuo na evolução política, não haverá mais assembleias legislativas na Europa (já não direi o mesmo das assembleias

puramente políticas). Estamos em presença de factos que se podem verificar correntemente, e por toda a parte: necessidades novas, de carácter urgente, exigindo da Assembleia Legislativa uma grande prontidão; incapacidade de um órgão colectivo numeroso para todo o trabalho de qualidade superior, independentemente das qualidades e dos conhecimentos pessoais dos legisladores; necessidade de assegurar a iniciativa do governo, o mais autorizado juiz da conveniência e orientação das leis, e a cujo trabalho o poder legislativo deve servir de complemento e não de obstáculo.

Por outro lado, confiar pura e simplesmente o poder de fazer as leis aos governos, não parece ser uma solução suficiente. Em ditadura, a legislação provém dos centros oficiais, do próprio ministro, se este é um técnico da pasta de que é titular, ou de colaboradores particulares, no que diz respeito ao trabalho de preparação; a aprovação do texto pertence ao Conselho de Ministros. Apercebemo-nos dos pontos fracos do sistema: os centros oficiais, digamos principalmente a burocracia, nem sempre têm a preparação ou o tempo suficiente para estudar problemas que são estranhos à sua esfera de acção; por outro lado, se não se tornam oficiais as colaborações privadas – e é o caso mais frequente – estas passam necessariamente para segundo plano; enfim, os problemas do Governo absorvem um tal tempo, que o trabalho de legislar, compreendendo a preparação dos decretos, se torna um encargo demasiado pesado.

Eis, em toda a sua simplicidade, os principais aspectos do problema. Como resolver-lhe as dificuldades?

Eu creio ter lido que Mussolini pensou em abolir a Câmara dos Deputados, transferindo a competência legislativa para o Conselho Geral das Corporações. Não acredito na eficácia desta solução, em primeiro lugar porque, qualquer que seja a extensão dos interesses organizados nas Corporações, faltar-lhes-á sempre a representação de interesses nacionais, os interesses do próprio Estado, que não sejam os dos cidadãos individualmente considerados; e depois, porque seria extremamente perigoso confiar, sem a preparação de uma longa experiência, a definição ou a defesa de certos interesses a possíveis acordos entre os outros interesses organizados. .

Sem querer menosprezar as lições de outrém, nós tentaremos por nosso lado vencer as dificuldades e hesitações que se nos apresentam e preparar as soluções do futuro com a experiência constitucional se. guinte: restringir o conteúdo da lei às bases fundamentais dos regimes jurídicos, a fim de abreviar a discussão e torná-la mais acessível; conferir também ao Governo a faculdade de fazer promulgar as leis, em certos casos por simples decretos, a fim de preencher as lacunas das curtas sessões legislativas, a fim de se ocupar dos casos mais urgentes e arrancar a administração à sua indolência; enfim, fazer preparar em assembleia,

tanto quanto possível de carácter corporativo e composta por técnicos, os estudos que devem servir de base às discussões e votos da Assembleia Nacional. Para além da vantagem de fazer já intervir os organismos corporativos na estrutura do Estado, através dos estudos ou das consultas que se lhes pedirão, nada nos diz que isto não será a futura solução do problema, as secções respectivas sendo os órgãos consultivos que assistirão ao Governo — desde então, e sob esta forma, unicamente investido na função de legislar.

Embora à Assembleia Nacional pertença também a missão de controlar a vida administrativa — e creio que a única vantagem que a Nação tem, com efeito, nesta atribuição constitucional é a garantia de uma publicidade sem limites para os actos do Governo — compreende-se que o facto de reconhecer a existência de maiorias ou minorias e de representações particulares de interesse, de regiões ou de correntes doutrinárias, é incompatível com o princípio de unidade nacional, e eficácia dos órgãos de soberania e o espírito de oposição aos partidos, próprio da revolução. Já não sabemos o que isso quer dizer. Nós concebemos homens independentes, que não estejam filiados em organizações políticas, que trabalhem lealmente, em acordo ou desacordo sobre tal ou tal assunto. Mas oposições, mesmo combinadas, mesmo simpáticas, mesmo amigas, que discutem e votam contra por sistema, na expectativa de uma sucessão problemática, são filhas do passado: legitimadas ou explicáveis pelas concepções então em vigor, é impossível incorporá-las na nossa filosofia política.

## II

### A escola, a vida e a nação

Em nenhum período da nossa história moderna se deu, como naquele em que nós vivemos, um lugar tão grande à inteligência preparada para a acção. Nunca se fizera um tão largo apelo à técnica, nas suas diferentes especialidades; nunca tanto se interessara a arte pela criação da beleza; nunca se tinha feito um esforço comparável àquele que hoje se faz para pôr a ciência ao serviço dos interesses nacionais, para aplicar os bons métodos de investigação ao estudo dos problemas administrativos, para colocar acima das paixões vulgares o enunciado dos factos e das regras, e mesmo para exprimir as coisas numa língua que os Portugueses possam ler.

Este esforço, que tende a elevar, por um lado, o nível do governo e da administração pública, e por outro, o da produção, à maior grandeza intelectual e moral de que formos capazes, representa a primeira grande exigência do País para com a escola. Nós não compreenderíamos — nós não poderíamos admitir — que a escola, divorciada da Nação, não estivesse ao seu serviço nem cumprisse o papel que lhe incumbe, neste momento de renascença, para educar os portugueses ensinando-os a bem compreender e a bem trabalhar. E isto é ainda pouco.

Os tempos são excessivamente duros. Quando eu considero as perturbações que existem actualmente e as que ensombram o futuro próximo, e quando vos digo que vós sois a geração da remissão, alguns, aqueles cujo espírito é menos corajoso ou menos preparado, sentem que qualquer coisa despedaça a fraqueza da sua alma e não deixam de repetir a frase do Evangelho: «Estas "palavras são duras.» Sem dúvida, mas são verdadeiras.

Tem-se dito e repetido que nós somos grandes inovadores da história: assistimos, realizando-as, às transformações sociais de onde nascerá o mundo novo. Nós fazêmo-lo pelas nossas mãos, preocupando-nos em não contrariar o consenso geral, mas cada um sente que a obra está repleta de lágrimas, de sacrifícios de sofrimentos de toda a ordem, sobretudo morais. Os tempos calmos de vida fácil, de ideias incontestáveis, de ordem imperturbável, de negócios seguindo o seu curso normal, de trabalho assegurado e mesmo de ociosidade assegurada, acabaram. A marcha da economia é cada vez mais exigente, cada vez mais violenta, o trabalho cada vez mais dominador, o capital cada vez mais débil e prudente, a vida no seu conjunto cada vez mais incerta, a protecção da família, da classe, da casta, cada vez menos poderosa, porque o valor individual ultrapassa hoje em muito os valores ontem consagrados. As mães, o colégio, a escola, que, há quarenta anos, faziam o melhor por educar, delicados e frágeis, ao abrigo de todas as dificuldades, os futuros cidadãos, farão hoje homens infinitamente infelizes,

Quantas vezes eu ouvi mães afectuosas, não podendo esconder a sua satisfação, dizer-nos: — «Deus seja louvado! O meu filho não precisa de trabalhar.» Será possível, Senhoras, que vós os eduqueis para que os filhos das outras mães trabalhem para eles? Se a escola compreendeu a nossa época e a revolução em marcha em Portugal, deverá fazer de todos o que sem dúvida vós sois. Ela educará a vossa vontade para que sabeis querer, e isto no duplo sentido da expressão: vontade direita, vontade firme. Ela dar-vos-á preparação necessária para o esforço útil, as aptidões para um trabalho real, para todos os trabalhos para que fordes levados pelas vossas competências. Ela fará o vosso espírito forte para a luta, porque é preciso receber com calma os golpes da vida, suportar as agruras da adversidade, seguir com fé o seu destino, sacrificar-se pelo bem-comum e sentir com lealdade, nobreza, perante a Pátria, o orgulho e a «glória de sofrer».

\*\*\*

Falta ainda muito.

Quando a maior parte de entre nós começou a soletrar os livros das escolas, a Europa tinha já sofrido a maior crise mental dos últimos séculos. Parecia mesmo que algumas reacções felizes começavam a indicar o caminho da tranquilidade aos inquietos espíritos do fim do século XIX e dos princípios do nosso. A mania filosófica tinha começado a desacreditar nas inteligências a adesão às verdades eternas e a minar nos espíritos as grandes certezas. Viu-se, com pânico, em um dado momento da obra destruidora, que nada tinha substituído estes marcos milenários de que as almas se servem para se conduzir na vida.

Negara-se Deus, a certeza, a verdade, a justiça, a moral, em nome do cepticismo, do pragmatismo, do epicurismo, de mil sistemas confusos cujo vazio fora preenchido com dificuldade. Mas a negação, a indiferença, a dúvida não podem ser fontes de acção, e a vida é acção.

Quando a guerra surgiu, a reacção espiritualista fazia-se sentir no domínio da inteligência, cautelosamente revendo as ideias e registando os estragos. Alguns conceitos fundamentais da organização política e social tinham sido abalados mas permaneciam de pé: os conceitos de Pátria, de propriedade, de família, de humanidade, de pudor escapavam às novas invasões. A luta armada, as crises s e políticas, os acontecimentos sociais que assolaram a Europa e o mundo numa extensão e com uma profundidade nunca vistas, conferiram um novo aspecto ao problema e deram à luz o comunismo.

Doutrina essencialmente — de resto já ensaiada e incapaz de se adaptar à complexa economia dos povos civilizados — o comunismo converteu-se, por necessidade de combate, de defesa ou de infiltração nas massas, em doutrina totalitária, como hoje se diz, em completo sistema de vida e de organização social. Juntou todas as aberrações da inteligência e é, como sistema e independentemente de quaisquer realizações materiais, a síntese de todas as revoltas tradicionais da matéria contra o espírito e da barbárie contra a civilização. É a «grande heresia» da nossa época.

Sabemos que há erros graves na nossa organização e social, desigualdades injustas, imperfeições, misérias, mentiras, contradições, e é preciso que nós os remedieemos ou os façamos desaparecer. É por isso que continuamos a nossa revolução, mas esta, para ser profunda, não pode destruir aquilo que a tornará eficaz: os princípios fundamentais, alcançados pelo trabalho e pelos sofrimentos de gerações passadas; digamos, as grandes realidades da vida social. O comunismo, não: tende para a subversão de tudo e, na sua fúria destrutiva, não distingue o erro da verdade, o bem do mal, a justiça da injustiça. Pouco lhe importam a história e as experiências seculares da humanidade, a vida e a dignidade da inteligência, os mais puros sentimentos da família, a honra e o pudor da mulher, a existência e a grandeza das nações, contando que com a sua falsa concepção da humanidade ele possa atingir a escravatura do homem e a sua pior abjeção. Não compreenderíamos — não poderíamos admitir que a escola portuguesa fosse neutra neste litígio; ultrapassaria todos os limites permitidos se, abertamente ou na sombra, por actos positivos ou pela omissão dos seus deveres, trabalhasse contra Portugal e ajudasse os inimigos da nossa civilização. Por mais longe que podéssemos ir na nossa tolerância para com as divergências doutrinárias que, em diferentes pontos, dividem os homens, somos forçados a dizer que não reconhecemos liberdade contra a nação, contra o bem-comum, contra a família, contra a moral, Queremos pelo contrário que a família e a escola imprimam às almas em formação, e de uma forma indestrutível, estes altos e nobres sentimentos que caracterizam a nossa civilização e o amor profundo da Pátria, semelhante ao amor daqueles que a fizeram e engrandeceram ao longo dos séculos.

### III

#### O exército

Os desmonoramentos morais e materiais das últimas décadas impeliram a Nação portuguesa para os últimos limites da decadência. Na política, na administração, na economia pública e privada, o mesmo espectáculo de desordem permanente, tendo como consequência natural a falta de prestígio interior e exterior do Estado. Aqueles que puderam conhecer, não importa a que título, os factos mais salientes deste período de aviltamento, podem dizer o que então havia de oco, de parasitário e de fictício na administração pública, na banca e na finança, e na vida social. Podemos dizer que a honestidade e a justiça tinham desaparecido da vida portuguesa: a indisciplina era, por consequência, geral.

Como em todas as épocas semelhantes, vimos generalizar-se, sobre a massa confusa da

população que sofre e que só sente, com a fatalidade do trabalho, as fraquezas da vida colectiva, os dois tipos mais vulgares das decadências: os desfrutadores da desordem, estendendo cada vez mais as redes dos seus negócios, das suas explorações e dos seus equívocos compromissos, e aqueles que a marcha das coisas faz passar do desespero à indiferença e ao cepticismo. Entre estes, encontrava-se, tendo perdido a fé na reabilitação da Pátria, uma grande parte da nossa elite intelectual.

Em semelhantes circunstâncias, estando desorganizadas ou em dissolução todas as forças sociais, o maior problema é encontrar o ponto de apoio necessário à reacção salutar.

O Exército foi sacudido por todas as intempéries dos últimos tempos — a guerra, as revoluções e as reformas — e não é ainda aquilo que todos nós desejamos que ele seja; mas, pela sua própria constituição, ele vive à parte da política, submetido à hierarquia e habituado à obediência, sereno e firme — garante da ordem pública e da segurança social. A disciplina, existente nesta força organizada para a honra e a grandeza da Pátria, era o único agente capaz de afastar, com o menor número possível de convulsões e perigos, os obstáculos que se levantavam, e de apoiar o Novo Poder, encaminhado para a obra de salvação e reparação da Pátria.

Assim foi. A via por que foram dirigidas todas as aspirações de vida nova, de ordem, de justiça, de trabalho pacífico, de prosperidade material, de renovação da mentalidade portuguesa, foi aberta pela acção do Exército: ele evitou à Nação lutas sangrentas, a predominância de facções vitoriosas, maiores divisões e maiores infortúnios, e deu ao movimento encetado, logo desde a sua origem, uma extensão e uma ampliação totalmente diferente das pretendidas e obtidas por numerosas revoluções. Como homem de Estado, e na convicção de servir a honra do Exército, eu sempre lutei por que a intervenção da força armada, no momento em que ela quiz assegurar o seu necessário apoio a uma obra que, sem si, não seria realizável, não fosse diminuída, caluniada, reduzida às proporções de um pronunciamento militar ou de uma revolução de partido. Eu sempre sustentei, contra as tendências esboçadas aqui e ali, que o pensamento inicial do 28 de Maio não podia ser — e, em todo o caso, isso seria contrário aos deveres do Exército e ao seu prestígio — reduzir o problema português a uma combinação de forças partidárias, substituir o governo de uma facção pelo governo de uma outra, mas sim que a finalidade era obter o estabelecimento de condições políticas, administrativas, e sociais susceptíveis de garantir, por uma verdadeira revolução, o renascimento da Nação portuguesa.

Deste ponto de vista, o único que eu considero verdadeiro, o Exército não deve fazer política, não é obrigado a apoiar tal ou tal governo, mas deve ser, até ao fim, a garantia e o penhor da revolução nacional.

## IV

### A política colonial

Parece-me que isto deve ser um princípio de orientação na restauração nacional: não fazer nada que constitua um obstáculo a que os outros países resolvam também os seus problemas vitais.

Fiéis, eu direi quase até ao sacrifício, a esta doutrina, nós somos, em matéria de trabalho, de comércio externo, de trocas, de comunicações internacionais, um dos raros países que pretendem hoje desenvolver-se sem molestar ou restringir a riqueza dos outros e os direitos geralmente reconhecidos como conquistas da civilização moderna.

Eis a nossa tese e a nossa posição: nacionalismo intransigente mas equilibrado, que simplifica a solução dos problemas mundiais utilizando o quadro natural da divisão em nações, trabalhando com o sentimento da solidariedade internacional, para que contribui com o seu activo de realizações, e cujos interesses superiores não são ofendidos nem contrariados pela actividade desenvolvida no plano nacional. Aí está o espírito com que nós trabalhamos, e isso hoje já não é somente uma ideia minha ou do Governo, mas um preceito da nossa Constituição. Após muito tempo perdido, muitas dificuldades e algumas desilusões, os espíritos voltarão à razão, e este curioso e suspeito comunismo internacional que, para uns, consistirá em distribuir os bens e, para outros, residirá na boa-vontade... de apoderar-se deles, desaparecerá também. O sentido das realidades sociais, das profundas realidades nacionais, acabará por impor-se à visão dos dirigentes e imprimirá novas directivas à marcha das coisas. Encontrarnos-emos então trabalhando tranquilamente para a unidade política e de Portugal e do seu Império, de que queremos fazer um potente factor de paz e de progresso do mundo.

É, em verdade, com o mesmo conceito de nação, agregado social diferenciado, independente e soberano, estatuindo como entende sobre a divisão e a organização do seu território, sem distinção de situação geográfica, que nós consideramos, administramos e dirigimos as colónias portuguesas. Angola, Moçambique ou a Índia estão sob a autoridade única do Estado, exactamente como o Minho ou a Beira. Somos uma unidade jurídica e política e, pelo desenvolvimento da produção e pela troca das matérias-primas, das mercadorias alimentares e dos produtos manufacturados, entre as diferentes partes deste todo, queremos caminhar para uma unidade, tanto quanto possível completa e perfeita. Os regimes económicos das colónias devem ser estabelecidos «de harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e os interesses legítimos

da metrópole e do Império Colonial português». Nós constituímos a variedade da unidade, campo de trabalho comum nas condições definidas pelos interesses de todos; em relação aos outros países, nós somos uma unidade, uma só e a mesma em toda a parte.

Nem na metrópole, nem em alguma das nossas colónias nos encontramos fechados ou agressivos perante o capital, o trabalho e as iniciativas alheias. Mais abertamente que muitas outras nações, aceitamos e acolhemos com simpatia a colaboração estrangeira; em todo o Império, milhares de estrangeiros e muitos milhões em capital estrangeiro trabalham, prosperam, beneficiam da generosidade das nossas leis e da nossa autoridade. Mas os elementos que penetraram no território nacional para a sua própria valorização devem ser incluídos na obra comum, no interesse português, como factores não de uma economia estrangeira mas da nossa própria economia. O nosso respeito pela nacionalidade das pessoas e pelo produto do seu trabalho não pode ser entendido como uma limitação da soberania do Estado Português: aquilo a que nos atemos é a definir nós mesmos o interesse comum e a determinar as posições a assumir para a realização perfeita dos nossos fins.

O que acabo de expor de forma resumida é a ideia central da obra que foi delineada e que, graças à Conferência dos Governos Coloniais, vai receber agora um impulso considerável. É preciso adaptar as leis políticas e administrativas das colónias aos princípios da Constituição Política e do Acto Colonial.

## CAPÍTULO QUARTO

### A ECONOMIA CORPORATIVA

I

#### A crise do pensamento económico

Ontem foi a catástrofe do dólar, há algum tempo a catástrofe da libra, e estamos provavelmente em vésperas do desmoronamento de quase tudo o que parece ainda manter-se de pé. Estes fenómenos pareceriam já grandes para todo um século, se acontecimentos consideráveis, sucedendo-se com breves intervalos, não tivessem enfraquecido a nossa sensibilidade. É-nos dado assistir à derrocada sucessiva das orgulhosas empresas s do nosso

tempo: a política dos salários elevados, a política da superprodução, a política das largas despesas públicas, a política dos nacionalismos exclusivistas, a política do Estado-polícia que não faz nada, e a política, enfim, do Estado protector que pretende fazer tudo. Sob" todos os climas e em todos os continentes, as medidas mais opostas, as orientações mais contrárias não provocaram mais que ruínas; sobre as finanças públicas, sobre o crédito, sobre os capitais, sobre a propriedade, sobre os salários, sobre o mundo do trabalho amontoam-se as ruínas de uma devastação sem comparações. Parece nunca ter havido tantas desgraças e misérias, e mesmo aqueles que acreditavam poder desafiar o mundo pela imensidão dos seus territórios e as montanhas de ouro das suas riquezas, não lhes puderam escapar.

Deformámos a noção de riqueza, separámo-la da sua finalidade que é sustentar dignamente a vida humana, fizémos dela uma categoria independente que nada tem a ver com o interesse colectivo nem com a moral, e suposémos que o destino dos indivíduos, dos Estados ou das nações podia ser acumular bens sem utilidade social, sem regras de justiça na sua aquisição e no seu emprego.

Deformámos a noção de trabalho e esquecemos a personalidade dos operários, a sua dignidade de ser humano; e só pensámos no seu valor de máquina produtiva, medindo ou pesando a sua energia; e nem mesmo nos lembrámos de que ele é um elemento de família e que a vida não está somente em si, mas também na sua mulher, nos seus filhos, no lar.

No que respeita a este último, fomos mais longe: dissociámo-lo, fizemos apelo à mulher e ao filho como valores de produção menores mas mais baratos – unidades destacadas, elementos igualmente independentes uns dos outros, sem laços, sem afeições, sem vida em comum e, praticamente, destruimos a família. De um só golpe, desmembrámos o núcleo familiar e, com a concorrência entre operários devida ao contributo do trabalho feminino, não lhe concedemos em salários o equivalente à produtividade de uma boa dona de casa e à utilidade social de uma mãe de família exemplar.

Destacámos o operário do quadro natural da sua profissão; liberto dos laços da associação, ele ficou só; sem a disciplina da associação, ele tornou-se livre, mas frágil. Em seguida, permitimos que se juntasse a outras, e ele fê-lo, por reacção, não por um fim de solidariedade e consciente da necessidade de coordenar todos os elementos na obra da produção de riqueza, mas contra alguém ou contra alguma coisa: contra o Estado que é a garantia da ordem; contra os patrões, considerados como uma classe inimiga; mesmo contra outros operários, na fatal repercussão das violências e dos excessos cometidos ou das obrigações contraídas para com os operários

que, realizadas por uma só categoria, desequilibram às vezes, e em detrimento dos próprios operários, os outros ramos da produção. Nem elevação intelectual ou moral, nem aperfeiçoamento técnico, nem instrumentos de previdência, nem espírito de cooperação — nada mais que ódio, ódio destruidor.

Empurrámos o Estado, primeiro para uma passividade absoluta, indiferente (voluntariamente ou não) à organização da economia nacional, e depois para um intervencionismo absorvente que regulava a produção, a divisão, o consumo das riquezas. Por este intervencionismo sempre e em toda a parte onde o usou, o Estado esterilizou as iniciativas, sobrecarregou-se de funcionários, aumentou desmesuradamente as despesas e os impostos, reduziu a produção, delapidou grandes somas de riquezas privadas, restringiu a liberdade individual, tornando-se assim um pesado e insuportável inimigo da Nação. Aqueles que, cegamente impulsionados pela lógica dos seus falsos princípios, quiseram ir até às últimas conclusões, montaram a máquina com todo o fausto dos grandes planos, com o aparente rigor da ciência e da melhor técnica, mas o trabalhador livre, o «homem», desapareceu, arrastado pela colossal engrenagem, sem elasticidade e sem espírito: viram-se os operários mobilizados como máquinas, ou transportados como gado por em tal região faltar a erva das pastagens.

Sim, a crise que nós sofremos vai certamente passar, mas o essencial é saber se a doença que infecta a economia das sociedades modernas não será enfim eliminada; porque, se se faz diante dos nossos olhos o processo da democracia e do individualismo, o processo da economia materialista já está feito: todos nós vemos que ela está em falência. Este caminho está-nos pois vedado, e só vejo um outro: substituir os graves erros que viciaram a visão dos condutores de homens no mundo, por ideias equilibradas, justas, humanas, sobre a riqueza, o trabalho, a família, a associação, o Estado.

II

Novos princípios económicos

*A riqueza*

O homem é essencialmente vaidoso, e diz-se — mas parece-me que isso não é exacto — que a mulher o é ainda mais. Deste defeito natural provém o desejo de agradar, a tendência para a

ostentação, a busca do supérfluo. Alguém afirmou que não havia nada mais necessário do que o supérfluo e, ao dizê-lo, constatou uma grande verdade, relativa às convenções sociais. Mas se se considerarem as coisas sob o aspecto do simples bom-senso, esta expressão traduz uma mudança na vida, pois a ordem natural das necessidades humanas é alterada ou invertida pelo facto de aquilo que é absolutamente indispensável para viver dar lugar a aquilo que se pode dispensar. O desequilíbrio entre as diferentes peças do nosso vestuário — as roupas interiores muito mais modestas que as que são visíveis — e entre as divisões das nossas casas, onde o conforto se concentra inutilmente nos salões enquanto que a higiene permanece inexistente nos quartos, são aspectos banais, pitorescos, se quiserem, de um problema no fundo assaz grave. À cultura e a educação corrigem, habitualmente, até certo ponto, alguns destes defeitos, mas desde há séculos que a vida social em Portugal tem uma tendência para exteriorizações ilusórias e, também há séculos se constata uma grande desproporção entre o aparato exterior e a nossa verdadeira maneira de viver.

Uma vez atribuído o problema às tendências viciadas da humanidade, deram-lhe uma solução em parte absurda: a produção desenvolveu e explorou este desequilíbrio em seu proveito; exagerou os consumos artificiais e criou abundantemente necessidades fictícias; daí resulta que, privados ainda daquilo que é estritamente necessário à vida, temos já excessos na produção do supérfluo.

Mas foi-se ainda mais longe, e por pior caminho: uma vez a riqueza desligada do interesse da vida humana, a produção caminhou audaciosamente para soluções que a desconhecem, a traem e a aniquilam, sem que os Estados, guardiões e dirigentes dos povos, se tivessem dado ao trabalho de reagir perante esta economia de suicídio. Haverá maior absurdo que trabalhar para morrer, que dar à vida, como finalidade, o seu próprio aniquilamento?

Resumindo: a riqueza, os bens, a produção não constituem em si mesmos fins a atingir; eles devem concretizar o interesse individual e o interesse colectivo; não significam nada se não estão ao serviço da conservação e da elevação da vida humana. À este objectivo devem obedecer a produção nacional e a actividade administrativa do Estado, dispostas uma e outra, tanto quanto possível, segundo a ordem racional das necessidades mais prementes dos indivíduos e da Nação. Eis porque afirmamos que a organização deve realizar o máximo de produção útil e que o Estado deve velar pela moral, pela salubridade e pela higiene públicas.

*O trabalho*

À riqueza é filha do trabalho, e é o trabalhador que fornece o trabalho.

Nós damos a este termo — trabalhador — o seu mais largo significado e incluímos nesta categoria todo o esforço de ordem intelectual ou física que tem uma intervenção e uma utilidade no processo de produção — do professor ao governante, do agente da ordem ao operário. O trabalho não é somente o esforço manual, a tarefa puramente mecânica de vigiar a máquina; muitas outras espécies de trabalhos na produção, valorizando-a, multiplicando o seu rendimento; o trabalho criador, o que empreende, o que orienta, que dirige ou controla. O nosso povo diz muitas vezes esta frase profunda: «É o cuidado que faz o trabalho...» — frase simples, que contém uma verdade bem observada. É nas horas carregadas de preocupações, horas de silêncio, de meditação, tantas vezes aparentemente ociosas, que os homens que dirigem do alto a vida regem, no tempo, o trabalho de outrém, sistematizando e coordenando os esforços dispersos dos outros homens, para o maior rendimento do conjunto e o maior lucro da colectividade. É o trabalho do inventor, do técnico, do chefe de «atelier» que permite, ao simples operário, viver.

O trabalho, neste sentido entendido, é um dever social. A solidariedade de interesses que está na base da sociedade obriga cada um de nós a contribuir, com a inteligência ou a acção, para o património comum: o homem que não trabalha prejudica todos os outros. Como o trabalho é um esforço incómodo, muita gente tem tendência para a ele se furtar, se bem que não seja em todo o caso exacto que só as necessidades prementes da vida obriguem os homens a trabalhar e que seja necessário não possuir qualquer bem para se ter de submeter à lei do trabalho. A educação, a acção social que nos envolve e pesa sobre todos nós, produzem este efeito, mas o que a sociedade não alcança deve alcançar a lei, entregando-se a uma luta eficaz contra todos os parasitismos.

Uma das mais erradas ideias, em economia, é aquela que atribui um grande valor aos simples gozadores da vida, aos grandes gastadores. Eles apresentam a vantagem de acelerar a circulação da riqueza adquirida e de imprimir grandes impulsos à produção, por um consumo anormal dos produtos. Contudo, nada mais contrário à razão que cristalizar enormes quantidades de trabalho em coisas que, socialmente, só servem para ser delapidadas. Se o homem não deve ser o escravo da riqueza, também não deve nunca organizar a sua vida de forma a ser escravo do trabalho.

O trabalho, todo o trabalho é igualmente nobre e digno, quando representa a contribuição de cada um, na proporção das suas faculdades, para a colectividade a que pertence. Mas sendo

igualmente digno do ponto de vista económico e social, há utilidades diferentes, rendimentos diversos e, por esta razão, o trabalho não pode ser igualmente remunerado. Eis por que existe uma diferenciação entre os indivíduos, os géneros de vida e as classes sociais. Nós, que temos desnaturado o sentido de tantas coisas, desnaturámos também esta: uns menosprezam o trabalho manual, outros aviltam a superioridade da inteligência, reivindicando, como uma grande honra, serem também designados por trabalhadores. Eles são-no, de facto, mas se no primeiro caso há uma injustiça contra a dignidade do trabalho, no segundo constata-se um baixo servilismo perante a força material das massas trabalhadoras: uns e outros estão fora da verdade.

Na base do trabalho, encontra-se a necessidade fundamental de conservar e transmitir a vida: na base do trabalho, encontra-se a vida do trabalhador. Se, para viver, muitos homens só dispõem do produto do seu trabalho, duas conclusões se impõem: uma, é que é preciso organizar a economia nacional de forma a que os trabalhadores tenham trabalho; a outra é que o trabalho deve ser regulamentado e organizado de tal maneira que os salários permitam aos trabalhadores viver.

À remuneração mais adequada ao trabalho é o salário. O trabalhador pode ser associado da empresa, participando dos seus resultados, quer dizer, dos seus lucros, mas aqueles que não têm com que viver não podem nem esperar, nem especular, nem arriscar-se a não receber; eis porque a fórmula ideal que deve servir de base às numerosas combinações possíveis é o salário suficiente. Tudo o resto é demasiado vago, demasiado longínquo e demasiado abstracto para constituir uma verdadeira vantagem. Não há limite para a elevação do nível de vida daquele que trabalha; não há mesmo mal naquele que se eleva cada vez mais, desde que não exceda, por qualquer forma, as possibilidades do conjunto económico do País. O salário, conseqüentemente, não tem necessidade de ter um limite máximo, mas deve-se fixar-lhe um mínimo para que ele não desça abaixo do que lhe é imposto pelas exigências de uma vida suficiente e digna.

### *A família*

Consideremos agora de mais alto este problema: pode a produção, que está em contacto com o trabalhador, ignorar a família? O homem que trabalha não está só; ele vive enquadrado numa sociedade natural que, geralmente, não é a família de que descende, mas aquela que ele próprio constituiu. Quando a produção não tem em conta a família, começa por convidar ao trabalho todos os seus membros que são capazes de a abastecer — a mulher e os filhos menores — e

parece que estes salários suplementares constituem um lucro apreciável; mas a realidade é muito diferente. Quem diz família, diz lar; quem diz lar, diz atmosfera moral e económica própria – economia mista de consumo e produção. O trabalho da mulher fora do lar desagrega-o, separa os membros da família, torna-os estranhos uns aos outros. À vida em comum desaparece, sofre a obra educativa das crianças, o número destas diminui; pelo mau ou o impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa e no preparo das refeições e do vestuário, uma perda importante se faz sentir, e é muito raro que ela seja materialmente compensada pelos salários recebidos.

De tempos a tempos, perde-se de vista a importância dos factores morais do rendimento do trabalho. O excesso de mecânica, lucrando só com o trabalho dos braços, leva a negligenciar a disposição interior. Em todo o caso, para a maior parte da produção, é hoje ainda uma verdade que a alegria, a boa disposição, o gosto de viver constituem energias que elevam a qualidade e quantidade do trabalho produzido. A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção.

Assim, nós temos como lógico, na vida social, e como útil à economia, a existência regular da família do trabalhador; nós consideramos fundamental que seja o trabalhador a sustentá-la; defendemos que o trabalho da mulher casada e, de uma maneira geral, mesmo o da mulher solteira, compreendida na família e sem ser responsável por esta, não deve ser encorajado: nunca houve uma boa dona de casa que não tivesse muito que fazer.

A família exige por si mesma duas outras instituições: a propriedade privada e a herança. Primeiramente, a propriedade – a propriedade de bens de que usufruir e mesmo a de bens confiados. A intimidade da vida familiar exige conforto, isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa. Há impossibilidade (há mesmo inconveniência em certos casos) de o trabalhador possuir meios de produção e de deixar dividir as terras em parcelas minúsculas, dando a todos um pedaço para cultivar. Mas é muito útil que o instinto de propriedade inerente ao homem possa exercer-se na posse da parte material do seu lar. A família que se abriga sob o seu próprio tecto é naturalmente mais, mais estável, melhor constituída. Eis porque os grandes falanstérios, as casas operárias colossais, com os seus «restaurantes» anexos e a sua mesa comum, não nos interessam. Tudo isso é bom para as circunstâncias fortuitas da vida, para as populações seminómadas da alta civilização actual; para a nossa natureza independente e de gostos muito simples, nós preferimos antes a pequena casa independente, habitada pela família, a quem pertence.

A herança é o reflexo do instinto de perpetuidade na propriedade; é com o sangue que se transmite o fruto do trabalho, da economia, muitas vezes resultante de grandes privações. Não há utilidade social em que os bens não se transmitam normalmente na família, e em que a herança exista para os bens de fruição e de consumo e não para os bens produtivos. O desejo natural de fazer economias é estimulado pela possibilidade de rendimento e livre usufruto, e contribui bastante para a solidez e a estabilidade da família, porque estas economias constituem o elemento de equilíbrio indispensável nos altos e baixos da vida. Há muitas coisas contra as quais a melhor e mais completa das instituições de previdência não poderá nunca lutar.

### III

#### A organização corporativa

O Estado português deve estar organizado, segundo a Constituição, em república corporativa. A fim de dar um começo real a esta vontade, muitos decretos traçaram posteriormente as grandes linhas que deve seguir a organização das corporações.

Esta organização estende-se dos interesses materiais aos interesses intelectuais e morais que os indivíduos perseguem no seio da Nação; por esta razão, e porque cada vez mais se aproxima a hora em que o trabalho remunerado será, para além de um dever social, um facto respeitante a toda a população activa e livre, segue-se que, por intermédio da organização corporativa, a vida é um elemento de organização política. Não somente o Estado vigia a vida, se interessa por ela, a protege, a dirige, de acordo com os seus próprios objectivos ou os seus interesses políticos actuais, mas ainda os elementos económicos — forças produtivas — entram na vida orgânica do Estado e fazem parte da sua constituição. Isto produz-se não só por uma espécie de valorização política do trabalho, se me posso exprimir assim, e porque se aspira a uma representação nacional mais perfeita que aquela que o individualismo pode conceber, mas sobretudo pela força de uma nova concepção do Estado ou de aquilo que ele deve ser no futuro.

Sobre este aspecto, nós estamos no limiar de uma nova época, ainda envolta em sombras — aurora de um novo dia — e não podemos mesmo utilizar como guias os modelos estrangeiros, devido à diversidade de algumas concepções fundamentais. Eis a primeira dificuldade.

Levanto ainda o véu de uma outra dificuldade, para chegar a uma conclusão. A antiga concepção de Estado, que corresponde ainda à sua actual organização, transforma-o em máquina de carácter pura e exclusivamente político e administrativo. Quando exigimos dele actividade ou rendimento económico, somos obrigados a enxertar-lhe princípios, elementos, instituições da vida, exactamente como os particulares a tinham organizado, e toda a gente vê bem que, por falta de sincronismo com o funcionamento dos outros serviços públicos, esta acção não lhe é conveniente. Numa palavra: ele não está apto a dirigir a economia, logo deve transformar-se, ou então desistir.

O problema pode então ser resolvido pela organização corporativa, e mesmo neste caso, em vez de uma economia dirigida pelos governantes, podemos ter a economia auto-dirigida, fórmula incontestavelmente superior. Qualquer que seja a função dos órgãos corporativos na estrutura das leis — estudo e preparação, como na nossa constituição política, deliberação para outros sistemas — a verdade é que mesmo sem a existência de preceitos gerais, e unicamente graças a acordos bilaterais sobre as quantidades e condições da população, sobre os preços e privilégios do trabalho, a economia nacional pode ser suficientemente dirigida. Não há dúvida, entretanto, de que em certos momentos a autoridade suprema não deve intervir, visto que dirigir a economia e querer que ela satisfaça o interesse geral são coisas diferentes.

Quaisquer que sejam as vantagens da concorrência, não há dúvida de que ela não constitui uma força económica permanente, pois tende para a sua autodestruição, e a colectividade tão pouco beneficia dessas vantagens sem apreciável prejuízo.

Constata-se muitas vezes, com efeito, que os concorrentes, por eliminações sucessivas dos mais fracos, chegam ao monopólio, ou ao acordo, que é uma forma atenuada do monopólio. E nesta luta esbanjam-se os capitais e joga-se o futuro e os interesses do trabalho com uma vantagem por vezes insensível e sempre provisória para aqueles a quem se chama consumidores. Certos acontecimentos recentes, verificados entre nós, com as indústrias dos tabacos, dos fósforos e da navegação marítima ilustram suficientemente, sem outros comentários, esta afirmação. Ninguém hoje em dia pensa, numa economia nacional que tem a pretensão de ser ordenada, em estabelecer como princípio fundamental a concorrência sem limites. Por outro lado, o monopólio assusta porque tende para o abuso, como toda a força não controlada, porque tende para a estagnação, como toda a actividade sem estímulo, porque, como tão bem o disse Poincaré, o socialismo começa onde existe o monopólio. Eu devo

acrescentar que estes resultados não me parecem ser os mesmos em toda a parte, e que é portanto provável que a formação do espírito colectivo conduza, em certos países, o monopólio à preocupação de bem servir o público antes de servir os interesses particulares dos monopolizadores. É certo, entretanto, que num grande número de povos — nós, entre outros — as coisas se passam no mau sentido que acabo de definir. Eis uma dificuldade que deve ser resolvida.

A Constituição prevê, reconhece e favorece mesmo a concorrência, exigindo simplesmente que os diferentes elementos da economia corporativa não venham a estabelecer entre si uma concorrência desregrada e contrária aos seus objectivos e aos da sociedade. Mas os termos da Constituição não representariam mais que vãs aspirações se as condições s e sociais do trabalho nacional não estivessem preparadas para os resultados que ela prevê. Em primeiro lugar, a ordenação da economia nacional através do regime corporativo, movendo-se no limite fixado pela Constituição, deve sempre deixar uma larga margem à iniciativa privada e à concorrência, seja pela criação de novas explorações, seja pelo comércio livre, os preços, as qualidades dos produtos, as embalagens, as condições de venda: não me parece, aliás, que a estricta regulamentação das condições de produção e de venda, contrariando todo o espírito de renovação e de iniciativa, seja vantajosa para a colectividade. Em seguida, o princípio da liberdade do comércio exterior e as tarifas aduaneiras devem constituir, nas mãos do Estado, a mais segura defesa dos interesses gerais contra os abusos prováveis ou possíveis em qualquer sector da economia nacional.

\*\*\*

Mais um problema e outras dificuldades.

Todos nós, que temos trabalhado para estabelecer as leis fundamentais da organização corporativa, estamos naturalmente resignados a objecções em série. Mas há uma com que não tivemos cuidado suficiente, e que eu vou formular: é que, face à fraqueza e à dispersão da massa operária, a organização corporativa, tal como foi concebida, traduzia o triunfo da plutocracia. Sabe-se verdadeiramente o que se afirma? Debrucemo-nos sobre noções elementares indispensáveis para esclarecer a questão.

Seguramente ninguém confunde a plutocracia com o grosso comércio ou a grande indústria. A concentração que os fez surgir é causada, ou pelas condições económicas gerais, ou pelas condições especiais de uma produção determinada. Ela é útil economicamente, pode ser impecável nas suas relações com o trabalho e com o público, e em certos casos não está na

sua mão sê-lo ou não. Ninguém confundirá a plutocracia com a finança. Enquanto houver numerário, crédito, propriedade privada, capitais mobiliários, produção dirigida por uns e provida de capitais por outros, haverá finança. E esta, que é útil, pode igualmente ser impecável. Mesmo quando especula, dentro de certos limites, a finança tem uma utilidade social. O financeiro pode mesmo, como outros administradores de grandes riquezas, não ser rico; mas, precisamente porque age sobre uma matéria cuja manipulação é delicada — dinheiro, títulos, crédito — ele pode chegar a intervenções deslocadas na vida económica e arrastar na sua cola muitos valores que lhe são confiados ou o seguem nas suas operações. Quando ele joga, deixa de ter interesse para a economia; podemos dizer que já está fora da sua função.

O plutocrata não é pois nem o grande industrial nem o financeiro: é uma espécie híbrida, intermediária entre a economia e a finança; é a «flor do mal» do pior capitalismo. Na produção, não é a produção em si mesma que lhe interessa, mas a operação financeira a que pode dar lugar; na finança, a administração regular dos seus capitais não lhe interessa demasiado, mas sim a multiplicação graças a acrobacias ousadas contra os interesses alheios. O seu campo de acção está fora da produção organizada de qualquer riqueza e fora da normal circulação dos capitais em dinheiro; ele não conhece nem os direitos do trabalho, nem as exigências da moral, nem as leis da humanidade. Se funda sociedades, é para usufruir dos seus bens e passá-los a outros; se obtém uma concessão gratuita, é para a revender já como um valor; se se apodera de uma empresa, é para que esta suporte os prejuízos que outras o fizeram sofrer. Para chegar a isso, o plutocrata age no meio económico e no meio político empregando sempre o mesmo processo: a corrupção. Visto que estes indivíduos, a quem alguns dão também o nome de grandes homens de negócios, vivem precisamente de três condições concretizadas dos nossos dias: instabilidade das condições económicas, falta de organização da economia nacional, corrupção política. Todo aquele que tem os olhos abertos para o que aqui se passou e para o que se passa no estrangeiro não pode pôr em dúvida aquilo que eu acabo de afirmar.

Quando a organização corporativa tiver a seu cargo a ordenação da economia nacional e quando esta for ajudada por uma certa estabilização das condições económicas no mundo; quando em toda a parte tiverem desaparecido as restrições, a concorrência desleal, as variações monetárias intencionais e tendenciosas, quando no interior do País a economia for confiada àqueles que trabalham e se fizer claramente a distinção entre trabalho e especulação; quando sobre os interesses da produção discutirem lado a lado os grandes e os pequenos produtores, e a massa operária organizada puder fazer ouvir a sua voz, então veremos que não há mais lugar para o plutocrata nem para os seus negócios e que ele não poderá fazer mais que dispendir melhor ou pior o seu dinheiro. A organização, nos seus diferentes aspectos, terá libertado o trabalho do despotismo do dinheiro, e terá levado o dinheiro a servir modestamente o trabalho.

Todo aquele que meditou os princípios fundamentais da Constituição Política e as nossas leis corporativas, e seguiu a sua realização gradual; todo aquele que observou a orientação da política mantendo a todo o custo princípios de liberdade, no momento em que numerosos países se fecham cada vez mais em nacionalismos exaltados e cometem cada vez mais atentados contra a liberdade do próximo; todo aquele que compreendeu bem os princípios que foram postos em prática na organização de certos ramos da produção — a Federação dos produtores de trigo, o Consórcio das conservas, a Casa do Douro, as corporações de exportadores de vinhos, a Comissão de controlo do comércio e de importação de arroz, para só citar aqueles cujo campo de acção é mais vasto —; todo aquele que observou com que fé se prossegue a organização — aliás, facultativa — dos trabalhadores, em seguida do operário agrícola e até aos empregados e aos que exercem profissões liberais; todo aquele, enfim, que viu com que solicitude se procura manter, em favor do Estado, a autoridade e a força, a fim de definir e realizar o interesse nacional — terá certamente notado que nos encontramos sempre em presença das mesmas dúvidas e das mesmas dificuldades, mas também que estamos na via da sua solução.

Esperamos que, com uma marcha prudente e firme, o que é nosso método bem conhecido, uma transformação profunda se produzirá na essência e na organização do Estado; fazemos da vida um elemento da organização política; incluímos o trabalho, qualquer que seja a sua forma, entre os princípios fundamentais da nossa vida social e fazemos a guerra a todos os parasitismos, começando pelo da administração pública; pretendemos meter na ordem a economia nacional, salvaguardando a iniciativa privada; queremos o nacionalismo na economia, mantendo a benfazeja concorrência dos produtos nacionais entre si e com os dos países estrangeiros; tendemos para a organização de todos os interesses na sua própria defesa e valorização, mas queremos o Estado suficientemente digno e forte para que eles não possam corrompê-lo, para lhes não permitir abusar da sua força e para os coordenar, com vista a alcançar os fins superiores dos indivíduos e da Nação.

## CONCLUSÃO

Dez anos depois: 1926-1936

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, nós tentamos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; *não*

*discutimos a glória do trabalho e o dever de trabalhar.*

Se a fé não é uma mentira, é uma inexaurível fonte de vida espiritual; mas, se como virtude ela é um dom de Deus, nós não compreendemos nem que se a imponha pela força, nem que exista vantagem em contrariar a sua acção. No decurso da História, viu-se muitas vezes O programa de governos ou Estados estender às almas a inquietude do despotismo e destruir nelas o germe da fé. Empreitada sem glória! O tempo passa, reparam-se os estragos, reconstituem-se as igrejas e o culto, mas não se podem fazer ressurgir as virtudes que nunca mais foram praticadas, nem evitar a triste desolação das almas que perderam um mundo.

Posto à parte, individualmente, socialmente, o valor intrínseco da verdade religiosa, nós temos necessidade de absoluto, e não vamos criar pelas nossas mãos, do seio das coisas contingentes e efémeras, o que existe fora e acima de nós, nem fazer deviar para o Estado a função de decretar o culto, de definir os princípios da moral. Esta atitude levou-nos a considerar o Poder como limitado moralmente, e valeu-nos não cometer o erro ou o crime de divinizar o Estado, a força, a riqueza, a técnica, a beleza ou o vício.

Penetrados do valor, da necessidade na vida de uma espiritualidade superior, sem ter de conhecer as convicções pessoais, a indiferença ou a incredulidade sinceras, nós respeitámos a consciência dos crentes e consolidámos a paz religiosa. *Nós não discutimos Deus.*

Nós não discutimos a Pátria, quer dizer a Nação na sua integridade territorial e moral, na sua plena independência, na sua vocação histórica. Existem-nas mais poderosas, mais ricas, talvez mais belas, mas esta é a hossa, e jamais filho de bom coração desejou ser o filho de outra mãe. Deixemos aos filósofos e aos historiadores o desenvolvimento de certos devaneios relativos à possibilidade de constituir outras aglomerações de povos ou mesmo no que diz respeito às vantagens materiais de outras combinações que a história não criou ou desfez; no terreno político e social, para nós, Portugueses, que somos de hoje e velhos de oito séculos, já não há agora processo a rever, debate a abrir, vastidão de soberania ou de terra que nos seja pesada, e estamos decididos a alijar fatigados ou incrédulos.

Colocamos sem temor o nacionalismo português na base indestrutível do Estado Novo: primo,

porque é o mais claro imperativo da nossa história; secundo, porque é um factor inestimável de progresso e de elevação social; tertio, porque somos um exemplo vivo da figura cujo sentimento patriótico, pela acção que exerceu em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade. Vocação de missionário se pôde chamar a esta tendência universalista, profundamente humana do povo português, pela sua espiritualidade e pelo seu desapego de interesses. Em caso algum essa tendência teve ponto de contacto com o internacionalismo suspeito de hoje, que tende a abater as fronteiras para estender as suas à custa dos vizinhos. Nós não discutimos a Pátria.

Nós não discutimos a autoridade. Ela é um facto e uma necessidade: não desaparece a não ser para se reconstituir, não se a combate a não ser para a depor noutras mãos. Ela é um direito e um dever, dever que se nega a si mesmo se não se exerce; direito que tem o seu melhor fundamento no bem de todos. E é também um dom magnífico da Providência, pois sem ela nem a vida social, nem a civilização humana seriam possíveis. A passagem da infância à idade de homem, da ignorância ao conhecimento, dos instintos à virtude, da barbárie à civilização, é o fruto do esforço persistente contra a inércia natural, é a coroa de glória da autoridade. A organização, a defesa dos interesses colectivos e a conciliação dos interesses individuais, a ordem, a paz, a definição dos fins a alcançar pelo agregado social, a preparação dos meios necessários, o impulso no sentido do melhor são ainda a sua obra e o seu fruto.

Na família, na escola, na igreja, na fábrica, no sindicato, na caserna, no Estado, a autoridade não existe nunca para si mesma, mas para os outros; não é uma propriedade, não é um fardo. As suas vantagens estão na proporção do bem que ela ordena e da fidelidade com que se executam as suas ordens. Como o erro é possível, a sua acção deve poder ser apreciada, mas há menos desvantagens em não se deixar criticar do que em não se fazer obedecer. Nós não discutimos a autoridade.

Nós não discutimos a família. Os homens nascem nela, as gerações aí se educam, aí se forma o pequeno mundo de afectos sem os quais o homem dificilmente pode viver. Quando a família se destrói, destrói-se a casa, destrói-se o lar, desprendem-se os laços de afinidade para deixar os homens face ao Estado, isolados, estrangeiros, sem laços e despojados moralmente de mais de metade de si mesmos; o nome perde-se, torna-se um número, a vida social logo toma um diferente aspecto.

Aconteceu muitas vezes, em épocas turbulentas, entregues à soberania dos institutos, que os laços da família se afrouxaram, que desaparecem a intimidade e o pudor, que soçobraram a

autoridade dos pais e o respeito das crianças. Mas o nosso tempo só viu erguer-se em teoria, como ciência e como programa de Estado, o que era considerado até aqui como um descaminho passageiro. A natureza retomará os seus direitos, e a sociedade civil verá uma vez mais como a sua moral, a sua consistência, a sua coesão, dependem directamente da moral, da consistência e da coesão do agregado familiar. A família é a origem necessária da vida, fonte de riquezas, estimulante dos esforços do homem na luta pelo pão de cada dia. Nós não discutimos a família.

Nós não discutimos o trabalho, nem como direito nem como obrigação. Nem como direito, porque isso seria obrigar aqueles que não têm mais que os seus braços a morrer de fome, nem como obrigação, porque isso seria conceder aos ricos o direito de viver do trabalho dos pobres. Porque é dele que se alimenta a vida, que provém a riqueza das nações e deriva a prosperidade dos povos, o trabalho é uma glória e uma honra, com diferenças de utilidade, uma diversidade de valor económico, mas com uma idêntica dignidade moral.

A Providência deu-nos o dom de tornar o trabalho necessário e, felizmente, por mais que se progrida e por mais que se acumule, será sempre necessário trabalhar para viver, senão os homens morreriam de aborrecimento, numa atmosfera de vício. Se, mal-grado esta necessidade e este dever, se chega por vezes a uma situação em que uns são condenados à inactividade para que outros vivam, é porque nós não organizámos bem a vida, ou não conhecemos o segredo de organizá-la melhor: é contrário à natureza das coisas que o trabalho deixe em alguma circunstância de ser factor de riqueza para se converter em fonte de miséria.

Acontece por vezes que os homens não compreendem a benfazeja disciplina do trabalho; revoltam-se contra ela e pretendem viver das riquezas acumuladas, consumindo, como as abelhas, os fios do seu mel. Loucamente, a multidão poderia proclamar o direito à preguiça: isso seria submeter-se à escravatura da fome e da miséria. *Nós não discutimos o trabalho.*

Assim estão constituídos os fundamentos dos grandes pilares do edifício e estão construídos a paz, a ordem, a união dos Portugueses, o Estado forte, a autoridade considerada, a administração honesta, assim estão revivificados a economia, o sentimento patriótico, a organização corporativa e o Império colonial.

E podemos perguntar-nos como isso foi possível.

\*\*\*\*\*

O PENSAMENTO DE SALAZAR

**UNIDOS**  
**EM PROL DA**  
**N A Ç Ã O**

*DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA  
O PRESIDENTE DO CONSELHO  
NO ACTO DE CONFERIR POSSE  
À NOVA COMISSÃO EXECUTIVA  
DA UNIÃO NACIONAL, EM 4 DE  
MARÇO DE 1947*

EDIÇÃO DO SECRETARIADO  
NACIONAL DA INFORMAÇÃO

- Meus Senhores :

Esta pequena reunião destina-se a dar algum relevo à entrada em funções da nova comissão executiva da União Nacional. Aproveitarei o ensejo para curtas e ligeiras considerações, não antes porém de cumprir dois deveres: primeiro, apresentar a expressão dos meus melhores ' agradecimentos aos que até há pouco suportaram o en: cargo de dirigi-la. Fizeram-no em período excepcionalmente difícil e devemos estar-lhes gratos pelo espírito de dedicação e de sacrifício revelado em todas as circunstâncias, mesmo as mais adversas. Segundo: cumprimentar a nova comissão, e dizer-lhe da nossa plena confiança nas qualidades de inteligência e de trabalho dos seus membros e assegurar-lhe todo o apoio para bem se desempenhar da sua missão. Não esqueço que todos tiveram de sacrificar muito das suas comodidades, gostos e preferências pessoais e que o Doutor Marcelo Caetano expressamente se ofereceu para abandonar a pasta das Colónias (onde poderia por alguns anos ilustrar o seu nome, servindo o Império) com o intuito de trazer para este campo as largas possibilidades tanto da sua inteligência e capacidade de trabalho como da sua fé nos destinos da Revolução Nacional. O facto, certamente inédito, mereceria comentários: entre nós, traduz o interesse do período que atravessamos e o valor prático da acção política a desenvolver. o Muitos terão ido mais longe nas suas suposições e previsto largo passo em frente... para a negação do que - temos sido, quando pretendemos apenas alargar, reforçar, consolidar, na inteligência e no coração -dos portugueses, a grande frente nacional que até hoje, melhor ou pior, nos tem permitido dedicar-nos ao exclusivo serviço do país. Por outras palavras: mantendo a feição anti -partidária do regime, temos de valorizar politicamente a obra da governação. Resume-se nisto tudo o que hei-de dizer.

Nos últimos meses a imprensa mundial tem dedicado alguns artigos à situação portuguesa: mas do que me passou pelos olhos, exceptuando meia dúzia de estudos sérios, os restantes não me pareceu trazerem qualquer contributo à compreensão estranha das nossas coisas. ' Limitam-se a repetir-se uns aos outros e vários repercutem eom fidelidade o eco dos obreiros desocupados da oposição.. Isto não quer dizer nada senão que o mundo político se alimenta, além da medida, de certo número de clichés e de certo número de frases feitas em que não se consegue encontrar sentido que se entenda, expressão de realidades, vida ou guia para a acção política ou social.

Para alguns continuamos pois à ser uma «ditadura» apoiada num «partido único», sem embargo da existência de uma Constituição plebiscitada, do Chefe do Estado eleito por voto directo do povo, da função legislativa compartilhada entre o Governo e uma assembleia eleita, do poder judicial independente, do governo na exclusiva dependência do Presidente da República, como em todos os presidencialismos americanos. E li também em artigos, entre

compungidas e sarcásticas, bastas alusões ao embaraço, à perplexidade, às dificuldades «para sairmos da actual situação». Mas não desejamos sair; pretendemos ficar. E somos nós quem pergunta como vai sair da situação em que se encontra a massa dos nossos críticos.

Porque o problema é este. A Europa — e podemos dizer com segurança o mundo — tem diante de si duas grandes tarefas: uma a da reconstrução material e moral, imposta pelas ruínas e desperdícios dos anos de guerra, a qual exigirá ordem, trabalho intenso, direcção económica; outra, a da integração no Estado de massas - à cada momento chegadas à maioria política ou social, sem prejuízo daqueles valores que dão elevação e sentido à vida da colectividade. Qualquer destas tarefas — e as duas por acréscimo — exige um Estado forte, suficientemente expressivo da consciência da Nação, independente e sobranceiro aos interesses particulares, de grupo, classe ou seita. É este o caso, e não temos agora mais que perguntar se em geral se está apetrechado politicamente para semelhante trabalho.

As monarquias e as repúblicas que se desfizeram ou restabeleceram, as paixões que se desencadearam, as constituições que apenas se esboçaram ou puzeram em vigor, as eleições acreditadas ou suspeitosas, os partidos criados ou sub-divididos, os programas de compromisso, os elencos de transição, os governos paralizados pelas limitações da sua origem ou formação, as combinações parlamentares ou partidárias à margem ou mesmo contra as indicações eleitorais, a constante substituição ou ausência de conceitos-base são aparelhagem política adaptada às novas necessidades ou apenas os sinais de decadência de sistemas que ora a si próprios se contradizem para agir, ora se abandonam impotentes aos efeitos da dissolução? Para nós não é duvidosa a resposta, mas à longa permanência de certo quadro político criou hábitos que parecem não permitir à maior parte conceber regimes em que a existência de partidos não seja peça essencial. Daí a estranheza senão as críticas.

Reconheça-se o facto sociológico de divergências de opinião ou de oposições — só a Rússia realizou o milagre da unanimidade nacional ao redor dos soviets; mas do reconhecimento do facto até à possibilidade de sistemática e permanente organização, daqui à formação de partidos como órgãos políticos e depois às tentativas de admissão destes como órgãos constitucionais, é longo O caminho percorrido e todo, ao menos nos países latinos, na direcção do enfraquecimento do poder. Em muitos casos o Estado não é detentor de poder; noutros o poder existe fora do Estado, a seu lado ou em competição com ele. Não julgo que tal situação corresponda às necessidades.

O partido único, conduzindo ao totalitarismo do Estado, está claramente fora da nossa doutrina

e da nossa ética política como é repudiado pela consciência mundial, Por outro lado, a lógica e até a justiça impõem ou uma organização de Estado em que o partido não tem função ou o reconhecimento de tantos quantos os ideais ou interesses, transitórios ou duradouros, que seja possível organizar, com capacidade ou não de entrar na formação de um órgão representativo. Mas esta última conclusão por mais lógica que se revele, começa já a não ser admitida, em nome da necessidade geral de governos eficientes, pelos mesmos defensores dos princípios que a impõem. Assim vai o mundo sem atinar com a forma como há-de ser governado.

## II

Nós sentimos em Portugal todas as dificuldades “lógicas e práticas procedentes do facto de o regime não ter ainda concluído à sua evolução. Esta exigiria não só o trabalho completo da organização prévia de todas as actividades nacionais como um período de estabilidade - interna e externa e a ausência de dificuldades de toda a ordem que têm sido o pesadelo geral. E ainda que a vida interna de cada país não conte — ou não deva contar — na vida internacional, todos compreenderão como a exacerbação das paixões, a disputa dos interesses e das influências, o tumulto ideológico dos últimos anos não se revelaram propícios ao complemento de certas reformas constitucionais.

Isto é assim por força das coisas, mas o facto tem-nos imposto uma espécie de compromisso entre sistemas e lógicas opostos e a necessidade de recorrer mais do que seria de razão a um eleitorado de tipo individualista, sujeito, como todas as massas eleitorais, à influência de factores estranhos à pura consciência do interesse nacional. Não só a eleição do Chefe do Estado que é na Constituição portuguesa a chave de todo o sistema, se tem de repetir em prazo certo — curto para o nosso desejo, longo para o sacrifício de quem exerce o mandato — como a Assembleia Nacional e outros órgãos da Administração são dependentes do recurso a eleições do mesmo tipo.

Nestas circunstâncias não julgo haver forma de eliminar todos os riscos ou de evitar todas as más consequências da luta nesse terreno. O que me preocupa acima, de tudo, e deve preocupar -nos a todos, é não se tratar no caso presente de escolher entre pessoas, todas supostas portuguesas e patriotas, mas entre princípios que no fundo são a Nação ou o partido, a Nação ou os interesses, a Nação ou as paixões de que ela mesma seria vítima. Depois de vinte anos de doutrinação e de exemplificação de um Estado nacional, de todos e para todos os portugueses, temos visto como persistem antigos hábitos mentais, velhas posições ou atitudes de partido e guerra civil. No descalabro em que se encontra o mundo, na falta de grandes orientações doutrinárias que de fora acreditassem outras ideias e processos do governo, nalguns casos por espírito oposicionista apenas, vê-se que alguns portugueses não encontram outro caminho ou actividade possível do que agitar as suas antigas fórmulas, esvaziadas de sentido pelo tempo. Não só em Portugal ressuscitam mortos; mas entre nós, e sem qualquer

intuito de crítica, parece-me que nem mesmo tem “havido o cuidado de renovar o guarda-roupa, isto é, os discursos, as diatribes, as figuras de retórica. E os mesmos, precisamente os mesmos que partiram as carteiras, não puderam governar quando eram governo nem deixaram governar quando eram oposição, pretendem voltar a S. Bento, se o povo os eleger; ah! mas agora, pés juntos, mãos nos joelhos, olhos baixos, ar respeitoso, muito bem comportadinhos...

Os povos não têm memória nem para o bem nem para o mal, é não se lhes dá de repetir as mesmas experiências, na baldada e infundada esperança de que as coisas se passem de outro modo. Por isso nos incumbe avivar até ao cansaço a recordação dos tempos em que a Nação foi sacrificada à violência das lutas partidárias e convencer a todos de que, se importam os homens, ainda mais importam os princípios e os processos de governo.

Os homens reagem em geral da mesma forma em idên' ticas circunstâncias. Eles ambicionam o poder e se o poder é o galardão da vitória, purificada na água lustral das urnas, independentemente de finalidade patriótica ou limitações morais, a luta pode arrastar a todos os extremos, porque porá em jogo todas as paixões. A nossa história política há vinte anos para trás exemplifica e abundantemente comprova a minha tese.

III

«Regime sem partidos» — equivale a «governo sem política»? A pergunta parece ociosa e no entanto a resposta necessita de algum esclarecimento.

Quando há semanas chamei a atenção para -a relevância do factor político no meio português, pretendi englobar nesse factor o que importa à organização do poder e às condições de eficiência da actividade governativa: estava fora do meu propósito e do andamento das ideias expressas considerar também a agitação da vida política como essencial ou necessária à resolução dos problemas nacionais. Receio que se hajam tirado deduções extremas num ou noutro sentido e qualquer delas viciosa. »

Chamaremos «governo» à direcção superior de uma colectividade nacional, direcção que se exerce pela definição dos objectivos a alcançar e pela diária resolução -dos problemas em que os mesmos objectivos praticamente se desdobram. Chamaremos «política» o conjunto de meios de natureza individual ou colectiva, pelos quais a consciência pública é levada a um

estado de adesão ou simples conformidade com aqueles objectivos e colabora com o Poder na sua realização.

Ainda quando o governo trabalhasse exclusivamente com base em conclusões das ciências positivas, não sujeitas a discussão — o que não será jamais o caso — a política teria sempre o seu lugar na condução das sociedades humanas para obter a obediência voluntária dos homens, a adesão do seu espírito, a força do seu apoio, o contributo dos seus sacrifícios. Evidentemente que neste sentido a política seria tanto mais indispensável e activa quanto mais nos aproximássemos do funcionamento de um regime ideal de opinião.

Esta nota deixa compreender um dos motivos por que desde 1926 os homens do regime se deixaram absorver nas tarefas do governo, e a política foi em geral -Subalternizada entre nós a outras preocupações. O abatimento e decadência do país, o cansaço das lutas políticas, os sucessivos movimentos que revelavam ou estado de insatisfação permanente ou desordem endémica na sociedade portuguesa, a carência da autoridade, a insuficiência da administração, a urgência de solução de muitos problemas, o apoio ostensivo da força armada, tudo se tinha conjugado para tornar possível e querido da generalidade dos cidadãos, a acalmia, um período longo de trabalho intenso, de verdadeiro governo do país desgovernado que éramos. Daqui a actividade febril que fez desta época uma das mais férteis em realizações de toda a história portuguesa — actividade salvadora, exclusivamente prosseguida no terreno nacional mas bastante desacompanhada de acção política correspondente à sua importância e dificuldade. Era óptimo, se os homens fossem diferentes; não o tem sido por serem como são.

E no entanto não havia dúvida, nem ainda hoje as há, acerca da finalidade da Revolução Nacional cujo movimento, se alguém pensou poder limitar-se a uma grande arrumação administrativa, cedo deu lugar à convicção do que esta mesma não poderia ficar assegurada sem a reforma política. E temos de confessar que, por demasiadamente absorvidos em resolver problemas, alguns dos quais foram sem resultado programa de todos os governos anteriores e aspiração de muitas gerações, não se deu ao trabalho de doutrinação política, de organização e formação da consciência pública aquela atenção que merecia. Posso dizê-lo, porque devo considerar-me um dos principais responsáveis.

Acresce que o mundo vive numa época de sofrimento, mas talvez ainda mais de insatisfação que de sacrifícios. Estes são certamente pesados e o seu peso não recai igualmente sobre todos. Mas os desejos imoderados, a miragem da felicidade pela riqueza, a ânsia de coisas novas ou desconhecidas, a sofreguidão de gozo, a ambição do inacessível, a instabilidade das ideias e sentimentos — tudo isso parece caracterizar uma época doentia e acarretará dificuldades para as quais convém estar prevenido.

Não falando porém de causas gerais e só do que especialmente nos toca e no presente

momento mais nos aflige, sabemos ainda que a nossa legislação de guerra, sobretudo no respeitante ao abastecimento público e ao condicionamento das actividades económicas, pesa duramente sobre o povo, e nós não temos outro desejo além de irmos restabelecendo à medida que for possível uma liberdade saudável. Aguardamos apenas a realização de condições convenientes para que o remédio não seja pior de sofrer do que o mal que se destina a curar. ,

#### IV

Aludi às causas permanentes e ocasionais que justificam e impõem como necessário da nossa parte se intensifique a acção política. E, explicados os motivos de o não ter sido antes, penso ter deixado compreendido que, sendo a boa política condição de estabilidade é eficiência da governação, se há-de em todo e caso desenvolver de maneira a não prejudicá-la. É precisa esta reserva, porque os interesses da Nação têm em si mesmos tal valor, deles deriva tão forte imperativo, que em concorrência não podem deixar de sobrepor-se a outros menos qualificados. A parte isto, sobre que um partidário poderia hesitar mas que o nacionalista tem como subentendido em toda a acção política, os que temos amor à obra realizada, a noção dos riscos actuais e a perfeita inteligência dos princípios estamos decerto convencidos de que não podemos adiar o momento de dar a esta obra, senão mais carinho, um esforço maior. |

Não é para aqui explicar como, em que domínios e por que meios vai ser intensificada a nossa acção. Basta dizer que o mesmo pensamento inspirará a todos e guiará os nossos actos. Pretendemos que esta grande frente patriótica que é a União Nacional se alargue e consolide pela boa vontade dos portugueses aos quais aliás se não tem pedido senão o sacrifício do que poderia dividi-los para trabalharem unidos em prol da Nação.

Vinte anos de paz e progresso acreditam o sistema, mau grado as suas deficiências e imperfeições, e o confronto com os vinte anos anteriores devia ser bastante (se não fora o orgulho dos homens) para demonstrar pela experiência vivida quão fecunda é a unidade e como se serve mal o país, reincidindo contra a sua saúde moral, no que podemos chamar o pecado da divisão. Que tenebrosas algumas causas, e ligações, e dependências, e propósitos! Que fúteis alguns motivos sobre que se movem pequenos grupos — moinhos de vento que moem areia! Pois temos de dar-lhes batalha, decididamente, decisivamente, pela Nação, por nós e... até por eles.

